



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O serviço social e o abandono escolar no ensino superior

Maria João Fradique Felino Carvalhão

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar Convidada

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro 2013

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer à Administradora dos SAS da Universidade Nova, Dra Teresa Lemos por me ter permitido junto da coordenadora do SAS Dra Iva, ter acesso aos alunos bolsiros que abandonaram o ensino de modo a realizar entrevistas essenciais à realização da minha tese. No seu seguimento gostaria de agradecer à Dra Iva e Dra Emília, que me acompanharam em todo o processo da realização deste trabalho, não só no contato e acompanhamento dos entrevistados, mas pela sua disponibilidade constante para me esclarecer em todas as minhas dificuldades na compreensão do seu papel no processo e na vida destes alunos. Sem elas nunca teria sido possível a realização deste trabalho.

Em segundo lugar gostaria também de agradecer ao Administrador dos SAS da Universidade do Minho, Dr Carlos Silva pela sua disponibilidade de me receber para o entrevistar e por me ter facilitado o acesso aos dados estatísticos produzidos nesta universidade relativamente ao assunto deste trabalho, que sem ele também não seria possível a realização deste trabalho.

Em terceiro lugar gostaria de agradecer à minha orientadora, Dra Maria João Pena que também sempre se mostrou disponível para me orientar no sentido de me ajudar a ultrapassar as minhas dificuldades ao longo do processamento deste trabalho.

Por último quero agradecer à minha família e alguns amigos que me apoiaram ao longo de todo o processo, e que me permitiram ter força para ultrapassar todas as dificuldades que encontrei ao longo da realização deste trabalho.

RESUMO E PALAVRAS CHAVE

Este trabalho é uma dissertação que procura demonstrar a evolução do ensino e dos serviços de ação social nas últimas décadas em Portugal. Esta evolução foi sendo feita no sentido de atingir cada vez mais um ensino acessível a todos de modo a proporcionar oportunidades mais iguais e justas independentemente da origem socio-económica ou aspetos individuais de cada um, ou seja, um acesso ao ensino mais democrático.

A abertura do Ensino Superior em Portugal verificou-se na década de 70, com a recuperação da democracia em Portugal, onde o ensino se tornou acessível a qualquer um que apresenta-se o aproveitamento escolar necessário para ingressar na universidade, o critério de seleção passou a ser o mérito. No entanto, a frequência no ensino superior envolve custos como é o caso do pagamento da propina, neste sentido, os Serviços de Ação Social têm como uma das suas funções a atribuição de bolsas a alunos que não apresentem rendimentos suficientes para frequentar o ensino superior, de modo a integrar o máximo de alunos possível que carecem de condições socio-económicas para o fazer. Verifica-se ao longo deste trabalho que os assistentes sociais que pertencem a estes serviços, têm uma função de extrema importância no acompanhamento e na integração destes alunos ao longo do seu percurso académico, estando sempre disponíveis para compreender todas as suas dificuldades e ajudá-los a encontrar o seu próprio caminho.

O propósito final deste trabalho, é compreender a razão pela qual alunos que se candidatam a bolsa no sentido de prosseguirem os seus estudos, continuam a ser excluídos dessa possibilidade. Neste sentido, através da análise das entrevistas vamos tentar compreender as dificuldades que estes encontram ao longo do seu processo de atribuição de bolsa e também ao longo do seu percurso académico e o que os levou ao abandono.

Palavras chave: SAS (Serviços de Ação Social), Assistente Social, Abandono Escolar, Ensino Superior, Bolsas de Estudo, Capitação, Democrático, Relação de Ajuda, Entrevista de Ajuda.

ABSTRACT AND KEY WORDS

This work is a dissertation that seeks demonstrate the evolution of education and social work services in recent decades in Portugal. This evolution was being made towards achieving an increasingly education accessible to all in order to provide more equal opportunities and fair independently on the origin or socio-economic aspects of each individual, that means, a more democratic access to education.

The opening of Higher Education in Portugal occurred in the 70s, with the restoration of democracy in Portugal, where education has become accessible to anyone who presents the educational attainment required to enter university, the selection criteria became be merit. However, the frequency in higher education involves costs such as the payment of tuition fees, this sense of Social Services has as one of its functions the provision of scholarships to students who do not have sufficient income to attend higher education, to incorporate the maximum possible students who lack socioeconomic conditions to do so. There is in this work that social workers belonging to these services, have a very important role in monitoring and integrating these students throughout their academic career and is always available for all to understand their difficulties and help them find your own way.

The final provost of this work is to understand why students who apply for scholarship in order to pursue their studies, remain excluded this possibility. Thus, through an analysis of the interviews we try to understand the difficulties they encounter along their scholarship award process and throughout his academic career and what led to the abandonment.

Key words: Social Work Services, Social Worker, Dropout, Higher Education, Scholarships, Capitacion, Democratic, Relationship Help, Interview Help

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO E PALAVRAS CHAVE	iii
ABSTRACT AND KEY WORDS	iv
ÍNDICE DE TABELAS	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	xi
INTRODUÇÃO	1
I. EVOLUÇÃO DO ENSINO E DO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL	2
1. Evolução da educação em Portugal	2
1.1. Evolução do Serviço Social no contexto português.....	3
II. O ENSINO SUPERIOR E OS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR	7
1. Democratização do ensino	7
2. Perfil do aluno	10
3. O serviço social e o papel do assistente social no ensino superior	12
3.1. Relação de Ajuda.....	17
III. METODOLOGIA	21
IV. SITUAÇÃO ATUAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS NO ENSINO SUPERIOR.....	24
1. Evolução e situação atual da atribuição de bolsas e dos alunos bolseiros na Universidade do Minho.....	24
2. Percurso dos alunos concorrentes a bolsa na Universidade Nova.....	30
V. CONCLUSÕES	35
FONTES.....	40
BIBLIOGRAFIA.....	41
ANEXOS.....	42

ÍNDICE DE TABELAS

Núm.	Título	Página
2.3.1.	Evolução de encargos das bolsas desde 2003/2004	31
2.3.2.	Ano lectivo 2012/2013 (Ref ^o Março 2013) Resultados de candidaturas a bolsas de estudo	32
2.3.3.	Candidaturas com resultado indeferido - motivos	33
2.3.4.	Distribuição de bolseiros por distrito de proveniência 2012/2013	35
2.3.5.	Origem de rendimentos (principal) dos estudantes bolseiros com mais de uma inscrição	36

ÍNDICE DE FIGURAS

Núm.	Título	Página
2.3.1.	Bolseiros deslocados e não deslocados	34
2.3.2.	Comparação nº de bolseiros deslocados em residência universitária e alojamento privado – Braga	35
2.3.3.	Comparação nº de bolseiros deslocados em residência universitária e alojamento privado – Guimarães	35

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

DL	Decreto de Lei
ES	Ensino Superior
ISCTE	Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa
SAS	Serviços de Acção Social

INTRODUÇÃO

A educação é um dos pilares essenciais no processo de democratização de um país, no sentido que através desta se procura diminuir as desigualdades de oportunidades, com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais. No entanto, as desigualdades sociais verificam-se no dia a dia e tendo em conta o contexto económico e político que atravessamos verifica-se que a educação é um dos setores afetados pelo mesmo. Neste sentido o tema deste trabalho está relacionado com as desigualdades que se verificam no acesso ao ensino superior, nomeadamente por parte dos alunos que necessitam de apoios financeiros para acederem ao mesmo.

Este trabalho propõe compreender as dificuldades que os alunos candidatos a bolsa enfrentam no processo de atribuição, e também tomar conhecimento de quais são os motivos que os levam ao abandono escolar, no sentido de verificar se existe uma relação entre os dois, sendo a questão de partida “Qual a relação entre o indeferimento da bolsa e o abandono escolar no ensino superior?”. De modo a responder a esta questão, os objetivos deste trabalho são, compreender o processo de atribuição de bolsa e os motivos da não atribuição de bolsa, caracterizar o contexto familiar e socioprofissional do agregado, e por fim identificar as estratégias de reação dos alunos à não atribuição de bolsa.

Considerou-se importante analisar as várias dimensões acima enumeradas de modo a concluirmos se existe realmente uma igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior de modo a que todos tenham as mesmas oportunidades no futuro. É relevante compreender se o sistema de ensino assenta realmente nos valores democráticos e de meritocracia, ou se a origem socioeconómica dos alunos acaba por definir quem acede ao ensino ou não.

I. EVOLUÇÃO DO ENSINO E DO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

1. Evolução da educação em Portugal

De modo a compreender o contexto atual do sistema educativo e também do analfabetismo, será interessante fazer uma retrospectiva da evolução do sistema educativo em Portugal, nomeadamente o da escolaridade obrigatória. A escolaridade obrigatória teve início no ano de 1911, onde as crianças do sexo masculino tinham que frequentar 3 anos de escola (DL 29.3.1911), entretanto foram havendo sempre alterações de pouca relevância e, em 1956 passaram a ter que frequentar a escola até à 4ª classe e as raparigas até à 3ª classe (DL 40964 de 12.1956). Em 1960, as raparigas também já eram obrigadas a frequentar até à 4ª classe (DL 42994 de 5.1960), sendo que passado 4 anos a escolaridade obrigatória aumentou para 6 anos (DL 45810 de 7.1964). No entanto, na altura era complicado controlar se realmente estas crianças frequentavam a escola, os recursos eram mais limitados e o contexto político e económico não contribuía para que os pais pudessem deixar os filhos ir à escola. Nesta altura ainda se vivia muito da agricultura e os pais contavam com os filhos como força indispensável de trabalho, e também era necessário que estes aprendessem de pequenos a tratar da terra para mais tarde serem eles a cultivá-la com os seus próprios filhos.

Havia também maior dificuldade de acessibilidade às escolas, havia poucas e muito dispersas, no entanto com a instauração do Estado Novo, construíram-se mais escolas no âmbito rural, o que permitiu uma melhor acessibilidade a estas e um maior número de crianças a frequentar a escola. No entanto, muitas crianças nesta altura continuaram a ser força de trabalho nos campos. No ano de 1986, com a Lei de Base do Sistema Educativo a escolaridade obrigatória passou a ser até ao 9º ano (Lei 46/86 de 14.10), os dados indicam que hoje em dia todas as crianças registadas no sistema atingiram no mínimo este grau de escolaridade. A escolaridade obrigatória até ao 12º ano apenas se tornou obrigatória no ano 2012 (Decreto – Lei nº. 176/2012, nº 1 do artigo 6º). Por fim, o fator que melhor explica a nossa taxa decrescente de analfabetismo é o fato de termos uma população muito envelhecida, ou seja, o maior número de pessoas analfabetas do nosso país corresponde a idosos que viveram numa altura em que ter educação escolar era algo pouco acessível e secundário, não era portanto uma questão de sobrevivência como é na sociedade contemporânea.

No entanto como foi referido na introdução o foco deste trabalho é o ensino superior na atualidade, no entanto, é necessário para uma maior compreensão fazer uma retrospectiva. Nos

primórdios da universidade, esta era apenas acessível a um número restrito de indivíduos, eram apenas os que tinham posses para tal e era pouco acessível às mulheres, sendo que em 1940, apenas 1 em cada 5 estudantes no Ensino Superior era do sexo feminino. No entanto devido às mudanças políticas em Portugal no ano de 1974, houve uma maior “abertura do Ensino Superior”, o que significa que esta se tornou acessível a um maior número de indivíduos, nomeadamente, notou-se um aumento de participação do sexo feminino. Mesmo com a abertura do ensino superior, em 1981 apenas 1 cada 20 jovens entre os 18 e os 24 anos frequentavam o E.S., o que equivale a uma percentagem de 5%, querendo com isto demonstrar que o processo ao qual chegámos hoje de haver um número exorbitante de licenciados (63% no ano de 2012 - Portdata), ainda foi um pouco demorado. Em 1984 verificou-se um “boom” na procura do acesso ao ensino superior, onde o número de alunos não colocados era equivalente a metade dos indivíduos que se candidataram, não sendo estes dados transversais a todas as áreas de estudo. Relativamente á comparação entre género, podemos dizer que houve uma inversão, sendo que 53% dos alunos que frequentam o E.S. são do sexo feminino, o que demonstra que foi o grupo de mais beneficiou com “abertura do E.S.”.

1.1. Evolução do Serviço Social no contexto português

O serviço social surge como disciplina profissional entre o final do século XIX e o início do século XX, no contexto da industrialização, onde a máquina veio a substituir cada vez mais o trabalho do homem. Em Portugal encontrávamo-nos em regime ditatorial, ou seja, anti estado liberal e anti estado previdência, onde o serviço social apenas era exercido por pessoas do sexo feminino e ensinado segundo o postulado católico, que assentava na beneficência e assistencialismo. Uma das causas mais específicas é o fato do sistema antigo, individual e familiar, das artes e dos ofícios, das pequenas indústrias rudimentares e caseiras, ser substituído pela centralização industrial que exige grandes massas de trabalhadores, em que o papel do homem se reduz ao da peça minúscula e insignificante da complexa engrenagem, e onde o este deixa de trabalhar por sua conta para trabalhar por conta de outrem e assim sujeito às regras deste. Toda esta mudança causa um cenário de instabilidade social e económica, pois o fecho de uma fábrica significa o desemprego e a miséria de milhares de trabalhadores e consequentemente das suas famílias. Miséria essa que não se iria remediar apenas com

caridade e assistencialismo, tinha que se criar formas de as pessoas conseguirem ser autónomas e não estarem sempre dependentes de esmolas.

Para o desenvolvimento deste trabalho é relevante, neste momento diferenciar o conceito de caridade e o de justiça, pois, o serviço social nasce com a necessidade de haver mais justiça social, onde os mais carenciados devem ser protegidos de modo a terem instrumentos para que sejam autónomas e se possam sustentar a si e a sua família de uma forma digna. No entanto, segundo José Lopes Dias(1945), tendo em conta o contexto político o papel do assistente social era algo mais assistencialista que interventor. Neste sentido diferenciou quatro tipos de assistência, esta pode ser paliativa, quando apenas atenua os sofrimentos sociais (por exemplo: dar esmola, matar a fome a um pobre, no entanto esse pobre terá fome amanhã, ou seja nada ficou remediado); é curativa quando remove a origem do mal (por exemplo, empregar o chefe de família); é preventiva, se acautela os sucessos futuros (por exemplo: os seguros sociais de doença, a invalidez e a sobrevivência) e, construtiva quando melhora o bem-estar de cada um e de todos, e orienta para mais altos desígnios o grau de cidadania (por exemplo, construir escolas, lançar bairros económicos saudáveis, educar as gerações novas, etc). Mary Richmond (1945) define o serviço social como – o conjunto dos meios que desenvolvem a personalidade, ajustando o homem, consciente e individualmente, ao seu meio. Tendo em conta o contexto político, sendo uma maneira de haver um controlo sobre a população mais desfavorecida, era um instrumento de controlo social, por isso a sua prática assentava no assistencialismo e não no *empowerment*, como se pratica no contexto político contemporâneo.

O serviço social veio assim aperfeiçoar estes processos de assistência, abandonando cada vez mais os métodos paliativos, que são mais dispendiosas e apresentam menos resultados, substituindo-os pelos outros processos. Dois aspetos em que o serviço social começou a inovar foi por um lado, a individualização dos cuidados, ou seja, tratar cada caso da maneira individual, e por outro, a consciencialização dos indivíduos da sua situação de modo a estes se prevenirem, através da educação. Nesta altura, havia assistência social escolar feita por parte das “visitadoras escolares, aproximavam-se nas suas funções das assistentes sociais, por isso que as respectivas funções são de predominância educativa, mais do que paramédicas. Adoptam o processo de tornar conhecidas das escolas as múltiplas circunstâncias individuais, familiares e sociais, relacionadas directa ou indirectamente com a educação, que do fôro higiénico, quer intelectual ou moral...”(Dias, 1945:11).

Na década de sessenta, assistia-se ao início da desvinculação católica, sendo que no ano de 1961, o Instituto de Lisboa, reconhece o nível superior do Curso de Serviço Social e onde também começam a admitir pessoas do sexo masculino. O ensino do Serviço Social era estruturado segundo os métodos básicos de intervenção: Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de comunidades. No início dos anos setenta, começou a sentir-se um período de instabilidade entre os profissionais de serviço social, devido ao fato de estes terem apenas um papel executor de políticas públicas e funções assistenciais, onde começaram a exigir um papel mais interventivo e mais autónomo. Com as mudanças políticas em 1974, a profissão regenerou-se, surgem práticas de intervenção inovadoras e novos campos onde intervir como: terem uma perspetiva integrada, global e interinstitucional; a participação das populações com direito à cidadania; o profissional comprometido com as classes mais desfavorecidas assume-se como um agente de mudança mesmo que isso significasse ser anticonstitucional, e ganha aqui bastante autonomia na sua intervenção; questionar os métodos tradicionais de intervenção (assistência, previdência, trabalho, saúde) e surgimento de novos campos de intervenção, nomeadamente, na segurança social, poder local, justiça e organizações da sociedade civil (Branco,2009:19). Podemos notar que para além das mudanças políticas também houve movimentos sociais que contribuíram para uma maior justiça social, como é caso do movimento feminista, que lutava pela igualdade de direitos cívicos, políticos e sociais. Sendo que quem lutava pelos deveres cívicos eram as mulheres que pertenciam á burguesia, e a classe trabalhadora lutava pela igualdade dos direitos sociais.

Em 1989 é enquadrado no ensino superior público a Licenciatura de Serviço Social onde acrescentam um ano aos quatro já previsto no curso superior, e em 1991 cria-se a possibilidade de carreira técnica de serviço social nos quadros da função pública. Segundo a autora Irene Carvalho, a reconfiguração da formação académica está relacionada com a reestruturação das políticas públicas no governo do ministro António Guterres. Este introduziu a ideia de políticas ativas, participadas pelos agentes intervenientes sejam utilizadores sejam prestadores dos suportes, permitindo o estabelecimento de um novo pacto social com as instituições particulares de solidariedade responsáveis pela ação social junto de crianças, jovens, pessoas idosas e outra áreas de intervenção social, culminando em 1996 com a criação do rendimento mínimo garantido em Portugal, atualmente denominado como rendimento social de inserção (Carvalho,2012:58). Atualmente serviço social, define-se como sendo “uma área de conhecimento científico no âmbito das ciências sociais e humanas e uma

prática social que se desenvolve na sociedade no âmbito das políticas públicas e sociais, com uma relativa autonomia de critérios e com uma responsabilidade social – ciência aplicada. Refere-se a um conhecimento da realidade social e do comportamento humano e a uma ação profissional que integra determinados padrões teóricos, políticos, éticos e formativos (teoria, ação profissional, princípios e valores) (Carvalho,2012:3).

Verifica-se que o serviço social sofreu muitas alterações e muitos constrangimentos até ser a profissão que é hoje, baseada na intervenção e autonomia dos técnicos de ação social. Os constrangimentos que se se verificaram antes estão muito ligados ao contexto político em que Portugal se encontrava, no momento em que surgiu o serviço social. Concluindo será importante referir que a ação dos serviços sociais no ensino superior desde a sua existência têm um papel de muito peso para uma melhor justiça social, consistindo em duas modalidades, apoios diretos (bolsas) e apoios indiretos (alimentação, alojamento, deslocação, saúde, desporto e atividades extracurriculares), e por outro lado, o acompanhamento dado aos alunos por parte dos assistentes sociais. No entanto, no contexto atual cada vez são menos os apoios e cada vez menos são os jovens abrangidos por estes, o que demonstra uma sociedade mais desigual, onde o papel do assistente social passa por ajudar e acompanhar estes alunos excluídos e mais desfavorecidos a ultrapassar as suas dificuldades.

II. O ENSINO SUPERIOR E OS SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR

Para melhor compreender o estado atual do ensino superior em Portugal, torna-se relevante desenvolver três pontos que se referem, à democratização do ensino, ao perfil do aluno e o funcionamento do serviço social no ensino superior. No primeiro ponto, vamos abordar o tema da democratização do ensino como ideologia e o processo na prática de modo a compreender se podemos ou não considerar a abertura do ensino superior suficientemente igualitária para ser considerada democrática. Neste sentido, apresenta-se o segundo ponto o perfil do aluno que consiste, em avaliar a qualidade democrática do acesso ao ensino superior, fazendo comparações entre as várias camadas sociais, diferenciando-as consoante a sua posição socioeconómica, sociogeográfica, e habilitações do seus progenitores. E por último, e uma das condições essenciais para que o ensino seja mais acessível às classe mais desfavorecidas, é pertinente analisar o funcionamento do serviços de ação social no ensino superior, de modo a compreender as suas limitações de resposta a estes indivíduos.

1. Democratização do ensino

Considera-se um sistema democrático aquele, que é permeável a todas as camadas da sociedade, um sistema igualitário onde as oportunidades devem iguais para todos, independentemente da sua posição social, origem étnica e orientação sexual. Relativamente á democratização do ensino existem duas perspetivas oposta, uma “positiva” e uma “negativa”, a primeira defende que apesar do acesso ao ensino não esteja realmente acessível a todos, nunca antes foi tão abrangente. A perspetiva negativa defende que ainda estamos muito longe de um acesso ao ensino democrático, de modo a comprovar isso, vai analisar-se no próximo ponto a permeabilidade do sistema de acesso a este, consoante o perfil do aluno assente em três fatores, posição socioeconómica, sociográfica e habilitações do pai e da mãe.

A abertura do ensino superior passa-se em Portugal nos anos setenta, com a mudança de regime ditatorial para um regime democrático. Segundo os novos valores políticos, não fazia sentido manter o ensino superior restrito a uma pequena parcela da população, neste caso apenas ás camadas mais favorecidas. Neste sentido, criaram-se mais universidades públicas, essencialmente em meios urbanos pequenos, e também se desenvolveu o ensino politécnico, e

ainda o desenvolvimento do mercado do ensino privado. Verifica-se que a população que claramente mais beneficiou com a abertura do ensino superior, foi o sexo feminino, que com o movimento feministas, defendia a igualdade de direitos entre género, começou a ter mais acesso ao ensino superior, sendo que hoje o número de pessoas do sexo feminino que frequentam o ensino superior é superior á frequência de pessoas do sexo masculino.

Segundo o autor Casimiro Balsa, no ano letivo de 1999/2000, existiam 65 unidades de formação de ensino superior, sendo que, 14 são universidades, 16 são institutos e 35 outras escolas, e estas desdobram-se em 122 unidades de ensino. Relativamente ao ensino privado, podemos notar que ultrapassa em número de unidades ensino público, sendo que no mesmo ano letivo apresentava 134. Analisando a distribuição do número de licenciaturas consoante o sistema de ensino, podemos verificar que “em 1998, a oferta de formação de nível superior em Portugal assenta na existência de 815 cursos de Licenciatura (universidades ou institutos politécnicos tanto públicos como privados). O ensino público organiza 61,6% (501), o privado 33,9% (278) e o concordatário 4,5% (36) dos cursos existentes”(Balsa,2001:18). De modo a compreender o quão importante é a posição geográfica em que os estudantes têm origem no processo de igualdade de acesso, verifica-se que 60% das licenciaturas existentes encontram-se em Lisboa, Coimbra e Porto, o que torna privilegiados em termos de gastos com o ensino os estudantes que vivem nestes centros urbanos.

Desviando a atenção um pouco dos números, é necessário compreender que mesmo que a intenção da democratização do ensino fosse diminuir as desigualdades e criar oportunidades iguais para todo, estas vão-se reproduzindo ao longo do percurso escolar sob várias formas. No início do processo de democratização, que assentava numa seleção meritocrática, acreditava-se que a escola era um condutores mais importantes para o enriquecimento cultural e económico de um país, injetando maior dinamismo e circulação ao tecido social. As alterações que se registaram na estrutura social, com um aumento de mobilidade, vieram elevar as expetativas de ascensão social das camadas mais desfavorecidas (Van Haecht, 1992:12). No entanto a escola, não deixa de ser detentora de um modelo cultural particular, tendo como função a transmissão de saberes, procedimentos, rituais e referências simbólicas de uma forma generalizada. No entanto, nem todos os grupos possuem a mesma facilidade de integração no meio cultural escolar, devido a terem origens culturais, sociais e competências diferentes da proposta pela cultura escolar. O que coloca os indivíduos em que as suas origens correspondem às propostas pelo meio escolar, numa posição de partida privilegiada relativamente aos indivíduos de origens e concepções diferentes. Podemos então notar que a

escola, é um instrumento de reprodução da estrutura social, e que a mobilidade social que a perspectiva “positiva” afirma que a escola oferece não é real, pois segundo uma análise mais próxima da realidade verifica-se que na maioria a classe social atingida pelos estudos no fim do seu percurso escolar é a mesma que a origem social de partida.

Tendo em conta que as desigualdades no ensino surgem logo no início do percurso escolar como vimos no parágrafo anterior, estas vêm sempre acompanhando os indivíduos ao longo do mesmo. Podemos notar então que o processo do acesso ao ensino superior demonstra ser uma igual oportunidade para todos, mas devido à reprodução de desigualdades na escola ao longo do seu percurso, o estudante quando se candidata ao ensino superior vai encontrar dificuldade de competir com o estudante com melhores recursos, e vai ser colocado numa instituição menos prestigiada, que vai refletir mais tarde uma desigualdade de oportunidade no mercado de trabalho. Verifica-se que tanto no ensino público como no privado, a maioria dos estudantes corresponde a uma classe social favorecida, no entanto, uma grande parte de pessoas provenientes de classes mais desfavorecidas frequentam na sua maioria o ensino público e politécnico. É importante referir também que existe uma relação entre os níveis de habilitações atingidas pelos pais e os níveis de habilitações atingidas pelos filhos, querendo com isto dizer, que se verifica que os alunos que frequentam o ensino superior na sua maioria são filhos de indivíduos com essa mesma habilitação. Conclui-se que embora o ensino superior esteja acessível à maioria, isso não significa uma maior igualdade de oportunidade o que não resulta numa maior mobilidade social, ou seja, as desigualdades também são reproduzidas através do sistema de ensino.

A sobrevalorização da licenciatura no mercado de trabalho, encaminha a uma procura incessante por parte da população estudantil pela obtenção deste nível de habilitação, o que resulta numa subvalorização da licenciatura. Querendo com isto dizer que, com o aumento progressivo de candidaturas ao ensino superior, resultou num aumento significativo de licenciados, de tal modo que se tornou um nível de habilitação comum, não sendo já um fator diferenciador no mercado de trabalho, mas sim obrigatório. Cada vez é mais complicado ao estudante diferenciar-se dos seus colegas, começa a ser necessário acrescentar novas “skills” ao seu curriculum, assim, os estudantes aprendem línguas novas, fazem especializações nas suas áreas de interesse ou tiram mesmo outras licenciaturas, muitos fazem período de estudo no estrangeiro. No entanto, mais uma vez todos estes fatores diferenciadores estão muito mais acessíveis aos estudantes com origem de classe favorecida, o que deixa de lado mais uma vez os estudantes com menos possibilidades económicas, que por sua vez irá afetar a sua

competitividade no mercado de trabalho. Tudo isto traduz-se numa relação negativa entre os estudantes provenientes de classes favorecidas e os de classes desfavorecidas, querendo com isto dizer que não existe mobilidade social, sendo que cada um se mantém na sua classe de origem, devido a terem acesso a oportunidades diferentes consoante a sua posição de classe.

O contexto económico atual, está a contribuir cada vez mais para um ensino superior mais fechado, o que se irá traduzir num foço maior entre as classes favorecidas e as desfavorecidas. Conclui-se assim que, embora se tenha caminhado para uma abertura maior do ensino, isso não produziu o efeito esperado de diminuir as desigualdades através de uma maior mobilidade social, pelo contrário contribui para reproduzir essas desigualdades.

2. Perfil do aluno

Segundo estudo realizado pelo ISCTE (eurostudent 2004) relativamente ao ensino, vai analisar-se a permeabilidade do sistema de acesso, consoante três fatores, a posição socioeconómica, a sociogeográfica e o nível socio educacional do agregado de origem. Neste trabalho foram considerados estes três fatores pois, é a partir destes que podemos constatar a diferenciação que existe no acesso ao ensino superior, consoante o seu perfil.

Relativamente à posição socioeconómica, verificamos que existe uma tendência de maior frequência do ensino superior em todos os sistemas de ensino por parte dos alunos que têm origem nos escalões mais elevados de rendimentos (2161€-2880€ e 2880€ ou mais). No entanto, nota-se uma incidência destes alunos no ensino privado, sendo que 44% dos alunos que frequentam este sistema de ensino são provenientes de agregados dos escalões de rendimento mais elevados. No outro extremo de escalão de rendimento, nota-se uma maior frequência de politécnicos, sendo que 60% dos alunos que frequentam este sistema de ensino são provenientes de agregados dos dois escalões de rendimentos mais baixos (até 720€ e 721€-1440€). Relativamente ao ensino universitário, nota-se que a maioria da sua frequência são os alunos provenientes dos escalões de rendimento médios (721€-1440€ e 1441€-2160€), apresentando no seu conjunto um valor de 50%. Os alunos provenientes do escalão de rendimento mais alto (2880€ ou mais), apresentam uma frequência elevada no ensino público universitário, com uma percentagem de 21,1. Podemos então concluir que os alunos que têm origem de classes mais favorecidas têm também uma maior acessibilidade a todos os sistemas

de ensino, sendo que o inverso verifica-se nos alunos com origem de classes mais desfavorecidas.

Embora Portugal seja um país pequeno, podemos notar grandes assimetrias a nível regional, estas verificam-se entre: Norte/Sul, Interior/Litoral e centro/periferia. Estas assimetrias são acompanhadas por fortes desigualdades socioeconómicas, que condicionam fortemente o acesso por parte destas populações a determinados bens serviços, e muitas vezes tratam-se dos mais raros e prestigiosos. Podemos dizer que estas assimetrias contribuem para uma maior desigualdade do acesso ao ensino superior, querendo com isto dizer a oferta tanto de unidades de ensino como de número de licenciaturas disponíveis, estão distribuídas de forma desigual por todo o país. Como já foi referido no ponto anterior 60% das licenciaturas das 815 existentes, encontram-se em apenas três cidades, sendo elas, Lisboa, Coimbra e o Porto, neste sentido os alunos que habitam nestas áreas encontram-se numa situação privilegiada relativamente aos alunos que têm que se deslocar para estas cidades para fazê-lo. Podemos notar que a maioria dos indivíduos com rendimentos elevados habita nas grandes cidades, onde se encontram também a maioria das unidades de ensino, o que se traduz numa melhor oportunidade de acesso a estas unidades e mais tarde melhor competitividade no mercado de trabalho. Sendo que 27,5% de indivíduos pertencentes à classe alta, e 42,4% dos indivíduos pertencentes à classe média concentram-se nas cidades de Lisboa e Porto. Os estudantes que são considerados deslocados, ou seja, estudam fora do seu agregado familiar, são também aqueles que têm origem de classes provenientes mais baixas, o que se traduz num maior esforço e investimento económico para dar oportunidade aos filhos de estudar. Verifica-se que 65,3% dos indivíduos que pertencem à classe baixa habitam numa vila/aldeia do interior e que 41,8% habitam na periferia nas cidades de Lisboa e Porto. O investimento extra que estes indivíduos têm que fazer muitas vezes não é possível, o que explica uma maior frequência destes alunos em institutos politécnicos, é o fato destes se encontrarem em zonas menos desenvolvidas, ou seja, mais perto da sua habitação. Concluindo podemos afirmar que a situação sociogeográfica do estudante é um fator fundamental quando explicamos as desigualdades de oportunidade de acesso ao ensino superior, sendo que 49% dos estudantes têm origem nas cidades de Lisboa/ Porto e periferia, e apenas 19% têm origem nas cidades e vilas do interior (CNASES 97).

Por último e um fator incontornável para explicar a reprodução de desigualdades que acompanha os indivíduos em todo o seu percurso escolar, são as habilitações do seu agregado familiar de origem. Podemos verificar que existe uma relação clara entre o nível de

escolaridade dos pais e o nível de escolaridade atingido pelos seus filhos, que por sua vez se reproduz no seu rendimento mensal, o que explica a sua posição de classe. Verifica-se que no total de sistemas de ensino 35,7% dos estudantes do ensino superior, correspondem aos filhos de indivíduos com o ensino superior, e os filhos cujos pais apenas têm ensino básico 2 (13%) e o ensino básico 3 (13%), são os que revelam menos frequentar o ensino superior. E curiosamente os indivíduos que em segundo lugar mais frequentam o ensino superior são os estudantes cujos pais apenas têm a 4ª classe (22%), sendo que os restantes 16,4% correspondem aos estudantes cujos pais têm o ensino secundário. Num panorama geral verificamos que 63% das famílias os pais não têm mais que o ensino básico. Concluindo, podemos afirmar que os indivíduos provenientes de classe alta e média, são os que mais frequentam o ensino superior, o que demonstra que as classes mais favorecidas são aquelas a que o ensino está mais acessível.

3. O serviço social e o papel do assistente social no ensino superior

Foi no ano de 1980 que integrado na lei o Decreto-lei nº132, de 17 de Maio, que “foram oficialmente criados onze serviços Serviços Sociais Universitários, onde pessoas coletivas de direito público, com autonomia administrativa e financeira, a funcionar junto das respetivas Universidades: Coimbra, Lisboa, Porto, Técnica de Lisboa, Nova de Lisboa, Aveiro, Minho, Évora, Açores, Beira Interior e Trás os Montes e Alto Douro” (Marques,2012:47).

Os serviços de ação social no ensino são um instrumento fundamental para “assegurar o direito à igualdade de oportunidades de acesso, frequência e sucesso escolar, pela superção de desigualdades económicas, sociais e culturais” (Vaz,2012:21). Segundo A. Vaz (2012), o exercício destes serviços assenta em quatro princípios fundamentais: o da justiça social, traduzido no apoio direto aos estudantes mais carenciados, sob forma da atribuição de prestações pecuniárias; o princípio da universalidade, que se traduz ao apoio dos estudantes no geral; o da complementaridade, traduzido na concessão aos estudantes de apoios diretos pecuniários que, juntamente com os recursos familiares, permitam superar as desigualdades económicas e, por último, o princípio da equidade que, assenta na possibilidade de, perante casos concretos, se pode atingir uma real justiça social. Podemos então referir dois tipos de apoios que o SAS disponibiliza, os apoios diretos, através de bolsas de estudo os apoios indiretos que são uma parte imprescindível para os serviços atuarem de acordo os seus

princípios. Sendo que os apoios indiretos estão direcionados para as condições básicas de condição humana e de desenvolvimento pessoal, como a alimentação, alojamento, acesso aos serviços de saúde, apoios nas atividades culturais, desportivas e outros apoios educativos e cada vez mais no acompanhamento psicopedagógico e social.

Segundo o estudo realizado pelo ISCTE em 2004 já referido no ponto anterior, nota-se que, estes apoios não chegam a todos os que necessitam, sendo que conseguem abranger menos de ¼ da população que necessita destes apoios para estudar, o que nos leva mais uma vez para a questão da democratização do ensino não ser tão real como se desejaria, tendo em conta que ainda existe um grande número de jovens excluídos do ensino superior. Podemos notar que a maior fonte de ajuda financeira atribuída aos estudantes vem do agregado familiar (80%), sendo que os beneficiários em média têm uma ajuda de 238€ e os bolseiros têm uma ajuda de 227€ por mês. O estado apoia 24% dos estudantes, entre beneficiários e bolseiros, sendo que em termos de quantia é o que contribui menos no montante total das despesas, atribuindo uma ajuda mensal de 195€ aos beneficiários e 204€ aos bolseiros. O que contribui com maior montante nas despesas do estudo é o trabalho, embora apenas 13% de beneficiários e 12% de bolseiros trabalhem, sendo que os primeiros gastam do seu ordenado mensal 292€ com despesas de estudo e os segundos, gastam uma quantia aproximada de 294€ (CIES-ISCTE, eurostudent 2004). Analisando a distribuição de bolsas consoante rendimento líquido mensal do agregado familiar, verifica-se que 80% dos bolseiros pertencem as famílias que não auferem mais de 1440€ mensais, sendo que 33% não ultrapassam os 720€ de rendimento mensal, sendo que escalão que menos beneficia é o mais elevado (2880€ ou mais), apresentam um valor de 6%. Relativamente aos diferentes sistemas de ensino, verifica-se que no ensino público 25% dos estudantes são bolseiros, no ensino politécnico com um valor muito próximo do anterior são 24,7% os estudantes com bolsa, já no ensino privado apenas 16,4% têm direito a esta oportunidade.

É relevante neste trabalho compreender as diferentes condições entre os estudantes que beneficiam de apoios indiretos e os que não necessitam destes, neste sentido, vai analisar-se o nível de satisfação de alojamento dos estudantes, e também a relação entre custo mensal que estes necessitam gastar em alojamento para puderem estudar e os rendimentos mensais. O conjunto de estudantes que apresenta um nível de satisfação mais elevado são os que vivem em casa dos pais, sendo que 92,8% consideram a sua situação muito satisfatória. Os estudantes que habitam em casa/apartamento independente (83,2%) e em quarto alugado (65,6%) na sua maioria também consideram a sua situação muito satisfatória. O conjunto de

estudantes que apresenta um maior nível de insatisfação são os que habitam em residência, sendo que apenas 55,6% consideram a sua situação muito satisfatória e 35,7% considera apenas aceitável. No geral podemos dizer que a maioria se encontra numa situação satisfatória, embora haja uma grande discrepância entre os alunos que habitam em casa dos pais e os que habitam em residências. Este ponto demonstra a falta de mobilidade social, pois, é considerado uma posição favorável viver em casa dos pais, sendo que as vagas das residências são na sua maioria ocupada por alunos bolsеiros deslocados, pois estas estão previstas serem ocupadas por estes alunos. Sendo que apenas alunos, cujo rendimento familiar é inferior a 1440€ habitam em residências, onde 53% têm rendimentos abaixo do 720€ mensais e, 46,2% apresentam rendimentos entre 721€ e 1440€ o que corresponde a 56,9% da população estudantil. O alojamento é onde os estudantes dispensam maior parte dos rendimentos, sendo que num total entre o dinheiro e os atingíveis associados, atingem uma média de 406€, o valor seguinte mais elevado de despesas é com pagamentos a instituições que atinge os 147€ mensais. Isto demonstra que mais uma vez os alunos que vêm de fora têm que fazer um esforço financeiro muito maior para poderem estudar, o que se torna um fator de exclusão dos alunos que não têm essa disponibilidade financeira.

Num contexto geral, e tendo em conta a avaliação dos estudantes sobre a sua própria situação financeira, verifica-se que a maior parte considera que a sua situação é “razoável, pude fazer face às despesas”, com um valor de 46,2%, sendo que o conjunto de alunos que apresenta a percentagem mais elevada, são os estudantes que residem num quarto alugado (50,1%). A maior parte dos alunos que se encontram numa situação “má, tive que cortar com despesas” são os que habitam em residências com um valor de 32,5%, num total da população estudantil de 21,2%. As situações em que se encontram as percentagens mais baixas são, quem se encontra numa situação “muito boa, consegui poupar dinheiro”, que apresenta um total de 5%, sendo que 3,5% corresponde aos alunos que habitam em residências. Por outro lado encontramos os estudantes que se encontram numa situação “muito má, tive de recorrer a dinheiro emprestado/poupanças”, com um total de 5,9%, e o conjunto de estudantes que mais se encontra nesta situação são os que habitam em residências (12,3%). Podemos verificar que embora os serviços sociais existam para diminuir as desigualdades de acesso ao ensino superior, dando oportunidade a pessoas de classes desfavorecidas, no entanto, estes não conseguem abranger todos os jovens nesta situação.

A situação atual dos alunos bolsеiros é preocupante, pois desde os últimos dois anos o número de alunos excluídos do ensino superior por falta de bolsas têm vindo a aumentar. No ano de

2009, o número de bolsas atribuídas 74.935, sendo que no ano 2012, atribuíram apenas 53.105 mil bolsas num universo de 400 mil estudantes, o que excluí cerca de 20 mil estudantes, se antes os apoios não chegavam a $\frac{1}{4}$ da população necessitada, agora a situação é ainda mais desigual, abrangendo aproximadamente $\frac{1}{5}$ da população necessitada. O número de bolsas atribuídas o ano passado é equivalente às do ano 2000, onde foram atribuídas 56.046 mil bolsas, o que muda é que o número de alunos concorrentes ao ensino superior era muito inferior ao que é hoje. Estes dados fazem-nos pensar que estamos retroceder no processo de democratização do ensino, tornando-o cada vez menos acessível aos indivíduos que pertencem às camadas mais desfavorecidas da sociedade. Estamos a caminhar para uma educação cada vez mais elitista, o que mais tarde vai-se traduzir num maior fosso entre as classes favorecidas e desfavorecidas, aumentando as desigualdades e contribuindo para uma população menos instruída e mais pobre.

Um dos fatores que mais contribuiu nos últimos dois anos para este descida notável no número de bolsas atribuídas, foi terem passado a considerar no cálculo da fórmula o rendimento bruto do agregado do agregado em vez do líquido, e também os bens móveis e imóveis dos candidatos, ou seja, estes têm prestar declarações de todos os seus bens e os do agregado e todas as suas contas bancárias, incluindo poupanças que tenham sido feitas. Este foi realmente um fator decisivo, no entanto há que considerar também o fato de terem informatizado todo o processo de atribuição de bolsas, onde a análise personalizada antes realizada pelas assistentes sociais, já não é possível, ou seja, o programa faz os cálculos, e consoante estes cálculos é ou não atribuída a bolsa, onde a situação pessoal de cada um não é possível de ser tida em conta para a atribuição de bolsa. É importante aqui compreender que o papel assistente social, neste processo de atribuição de bolsa, não passa apenas por verificar se existem irregularidades nos processos, mas passa também por um acompanhamento junto do aluno, no caso de estes terem dúvidas ou mesmo em casos de alunos aos quais não lhes são atribuídas bolsas, abrirem as suas portas para os receber, ouvir e compreender as suas frustrações.

No entanto este não é o único papel da assistente social no SAS, é importante refletir sobre a intervenção do assistente social, no âmbito das suas competências. Neste sentido, podemos dizer que a “Entrevista na Ação Social tem por objetivo fundamental a intervenção a nível do apoio económico no sentido de uma clarificação sobre a situação socio-económica familiar. É a entrevista que nos permite identificar os problemas dos estudantes, resultando dela o apoio direto (a concessão ou não da Bolsa de Estudo, Alojamento e por vezes até de

alimentação), assim como uma triagem e encaminhamento para as diferentes áreas de intervenção, seja o apoio psicopedagógico, médico, ou outros externos à universidade, tais como o encaminhamento psiquiátrico, judicial, Segurança Social, etc. Isto significa que o Assistente Social, no espaço privilegiado que é o espaço da entrevista, para além do apoio direto, procura dar resposta às diversas situações de “Ajuda”, solicitadas pelos alunos.”(Rafael,2005:138).

Neste ponto é importante, explicar a importância da entrevista de ajuda como instrumento de intervenção do assistente social junto dos alunos, sejam estes bolseiros ou não. Muitas vezes os alunos dirigem-se aos SAS, com intuito de pedir explicações relativamente ao seu processo de atribuição de bolsa, e neste momento, cabe ao assistente social criar uma ponte com o aluno e tentar compreender se este está a pedir ajuda por se sentir perdido e desadaptado, ou se o seu contexto familiar e social lhe estão a criar angústia e a sensação de não conseguirem seguir em frente. Esta relação estabelecida com o aluno, não deve ser no sentido de o guiar ou de lhe apresentar soluções que o assistente social acredita serem melhor para este, deve ser então um espaço onde o aluno é ouvido sem julgamentos ou presunções, onde lhe são dados instrumentos para que este se compreenda e consiga encontrar o caminho por si, ao que chamamos de *empowerment*.

Esta perspetiva é apresentada por Rogers, denominada por abordagem rogeriana, este defende que a função do técnico não é dirigir o outro, mas antes acompanhá-lo no seu processo de auto-descoberta no ritmo que ele entender, numa atitude recetiva e não diretiva. Para o autor é importante, compreender dois aspetos, a congruência, que “pretende indicar o estado de coerência interna e a autenticidade de uma pessoa, a qual se traduz na capacidade de aceitar sentimentos, as atitudes, as experiências do outro e de comunicá-los”(Rogers,1985:63). O segundo aspeto diz respeito à compreensão empática, “processo no qual a pessoa se sente não só aceite, mas também compreendida enquanto pessoa na sua globalidade. É um processo dinâmico que significa a capacidade de penetrar no universo percetivo de outro, sem julgamento, tomando consciência dos seus sentimentos, sem no entanto, deixar de respeitar o seu ritmo de descoberta de si próprio” (Rafael,2005:141). Uma componente importante da compreensão empática, é a “escuta ativa”, que segundo Thomas Gordon, é um processo no qual a assistente social deve estar empenhado em compreender todos os aspetos tanto óbvios como subliminares, quer sejam de origem cognitiva, quer emocional, que o aluno está a tentar transmitir.

É importante, especialmente tendo em conta o tema deste trabalho, abordar também o papel do assistente social relativamente aos alunos que não lhes foi atribuída uma bolsa. Os alunos que se encontram nesta situação, por vezes, dirigem-se aos SAS de modo a compreender os motivos pelos quais não lhes foi atribuída uma bolsa, e nesta situação, o técnico em vez de apenas tomar uma postura apenas informativa, e dizer ao aluno que simplesmente não cumpriu os requisitos necessários, deve por outro lado disponibilizar-se para a ouvir e compreender a sua frustração. Nesta situação o assistente social deve tomar o partido do aluno, de modo a que ele sinta que num momento de grande angústia, houve alguém que o ouviu e compreendeu, para que este em vez de se sentir revoltado e incompreendido pelos SAS, se sinta reconfortado e tido em conta.

Verifica-se assim que o papel do assistente social no Serviços de Ação Social no ensino superior, divide-se em duas funções distintas, uma tarefa administrativa, no que diz respeito à gestão e atribuição de apoios diretos e indiretos de acordo as situações de cada aluno. Por outro lado, e muito mais ligado ao prepósito da sua profissão, têm a função de acompanhar o aluno no percurso de auto-ajuda de modo a que estes desenvolvem a nível interpessoal e social, para que estes consigam atingir mais facilmente o sucesso tanto a nível pessoal como a nível escolar.

3.1. Relação de Ajuda

É relevante neste ponto desenvolver neste ponto a importância que tem a “relação de ajuda” tanto para o utente como para o assistente social, sendo que é um dos instrumentos mais importantes da intervenção junto do utente. Segundo Cristina de Robertis (2003), para que o assistente social exerça a sua função de forma correta é necessário que este tenha um entendimento completa da realidade, tendo em conta múltiplas referências e que se caracteriza por uma mudança constante. O assistente social não pode assim, basear-se em apenas uma referência, deixando as outras de parte, a sua função exige que este recorra ao conhecimento de várias disciplinas, como é o caso do direito, da psicologia, economia, sociologia e da saúde. É importante que este compreenda tanto os aspetos individuais como os coletivos, as exigências institucionais, os recursos concedidos e os limites impostos pelos custos.

O assistente social como interventor na realidade social, deve ter a consciência do caráter de mutação que esta se reveste, de modo a acompanhá-la e de modo a adaptar-se a ela para poder

compreender e ajudar da melhor maneira o utente. Podemos dizer que o princípio base para o exercício da função do assistente social, é a ajuda de uma pessoa considerada com uma incapacidade social. Este tipo de incapacidade não se refere aos indivíduos no geral que não tenham capacidade de fazer algo, refere-se então, ao indivíduo que devido à sua posição na hierarquia social se encontra excluído, seja por razões de rendimento, seja por questões de deficiência, etnia, entre outros.

A ajuda que o assistente social fornece, não pode ser considerada como igual relativamente à ajuda que a família ou pessoas próximas possam oferecer, pois, não é apenas uma pessoa com boa vontade este é, um trabalhador assalariado com formação profissional neste campo. A relação de ajuda que estabelece entre o assistente social e o utente, é uma ação de transformação mútua, onde tanto um como outro sofrem transformações. Neste sentido é importante que esta relação seja regulada de modo a proteger ambos os lados de envolvimento fora do âmbito, e de modo a garantir a sua legitimidade, baseando-se nos princípios da ética das políticas sociais. Os valores fundamentais que definem a ética desta profissão nos dias de hoje são, o respeito pela dignidade do homem e a consideração deste como um sujeito capaz e de decisão e de participação, a convicção de que toda a sociedade deve oferecer um lugar a todas as pessoas que fazem parte dela, lugar este que permita garantir a sua contribuição criativa à coletividade, e por fim, a responsabilidade que cada ser humano tem face aos outros e que se traduz em todas as formas de solidariedade indispensáveis para a vida coletiva e para o crescimento individual (De Robertis, 1991b).

O assistente social tem assim como função ajudar os indivíduos que sofrem de dificuldades sociais, de modo a estas conseguirem restaurar a sua autonomia e a sua possibilidade de integração na sociedade. Podemos então distinguir três tipos de aplicar esta ajuda, que estão associados ao momento em que esta é exercida, a ajuda preventiva, a ajuda curativa e ajuda promocional. A ajuda preventiva é aquela que se proporciona previamente a uma situação de dificuldade presente, como é o caso das famílias em risco, situações de rutura e mudanças devido à situações normais da vida, como é caso da morte, desemprego, incapacidade física devido a algum acidente, entre outros. A ajuda preventiva visa também evitar que uma situação se detiore, concentrando o esforço na manutenção do equilíbrio das pessoas e dos grupos, mesmo quando este equilíbrio seja reduzido. A ajuda curativa tem como objetivo a melhoria da situação dos usuários e a resolução dos seus problemas, pondo os utentes em contato com os recursos existentes e fazer com estas façam valer os seus direitos sociais de modo a beneficiarem dos dispositivos de ação social. Esta ajuda tem como fim acompanhar,

orientar, informar os utentes durante o processo de mudança. Por fim, a ajuda promocional trata-se de desenvolver o crescimento pessoal e o desenvolvimento das competências dos utentes, de modo a atingir a sua autonomia e as suas capacidades para exercer algo. Este processo de ajuda é importante no sentido de desenvolver no indivíduo sentimentos de auto-valorização, afirmação e de auto-confiança, ao que denominamos de *empowerment*.

Para que esta relação de ajuda se estabeleça de modo a ser eficaz, é necessário que estabeleça antes e ao longo uma relação de confiança entre o trabalhador e o utente, onde o primeiro se compromete a aceitar e não julgar o segundo. A relação de ajuda é um dos instrumentos fundamentais para uma intervenção eficaz e esta só é possível se estabelecer a relação de confiança. Podemos definir esta relação como uma troca de conhecimento e influência mútua, onde o assistente social tem que estar disponível e ter curiosidade de descobrir a sua pessoa, os seus desejos, as suas ambições e, os seus obstáculos. Para tal o assistente social tem que recorrer à escuta, à observação, fazer perguntas pertinentes, onde o utente exprime os seus interesses, que vai facilitar a sua capacidade de exprimir e melhorar a comunicação entre os dois.

De modo a atingir esta relação com o utente, é de extrema importância que o assistente social não efetue juízos de valor, e aceite o modo de pensar e de agir, de modo a garantir a dignidade e valor do seu utente como ser humano, mesmo que não partilhe dos mesmos valores que estes. Sabendo o trabalhador as dificuldades e os fracassos que os seus utentes constantemente passam na vida, é realmente importante que estes consigam fazer valer os sonhos e as capacidades destes, de modo a fazê-los acreditar que a mudança é possível e que estes a sua capacidades têm valor e podem ser um fator importante na mudança das suas vidas. Os assistentes social utilizam a valorização do indivíduo e das suas capacidades de modo a romper com a atitude de passividade, imobilizante e de conformidade que a vida foi calcando nestes indivíduos, de modo a entusiasamá-lo a seguir os seus sonhos e atingir os seus objetivos pessoais. Deste modo o assistente social deve ajudar também a fazer uma gestão entre os sonhos e construção de projetos realizáveis, de modo, a que estes consigam atingir com o sucesso esses objetivos. Este deve aproveitar o conhecimento já adquirido até a situação presente, como alavanca para o dinamismo e por sua vez a mudança, para tal o assistente social valoriza o conhecimento que estes adquiriram na sua vida quotidiana como meio de aprendizagem, crescimento, de prazer e de êxito, de modo a estes atingirem o sucesso.

Relativamente aos SAS no ensino superior, podemos considerar que a relação de ajuda é uma abordagem de grande importância para que se consiga uma intervenção de sucesso junto dos alunos no geral, mas especialmente com os bolseiros. Para tal, o assistente social recorrer aos três tipos de ajuda acima apresentados, por exemplo, recorre a ajuda preventiva junto de um aluno que só tenha recebido a resposta à atribuição de bolsa a meio do ano letivo, e esta lhe tenha sido negada. É importante que o assistente social esteja disponível para receber e ouvir o aluno de modo a ajudá-lo a gerir as expectativas deste, visto que já estava a frequentar o ensino e de repente percebe que não tem o apoio financeiro que necessitava para o frequentar. O assistente social pode tentar prevenir o abandono escolar deste aluno, atribuindo-lhe apoios indiretos, sobre os transportes e alimentação, embora às vezes não seja o suficiente, verificam-se casos com sucesso. Relativamente à ajuda curativa pode aplicar-se no caso de um aluno bolseiro ou não, se sentir na necessidade de pedir ajuda a alguém porque não se sente integrado e dirigir-se aos SAS, de modo a encontrar essa ajuda, neste sentido o assistente social deve estar disponível para o receber e ouvir, de modo a acompanhar o aluno e ajudá-lo a arranjar mecanismos de integração. No entanto, se o assistente social verificar que esta situação já possa ter provocado alguma situação de depressão e de isolamento, pode encaminhá-lo para o psicólogo da universidade, de modo a este ter o acompanhamento psicológico que este necessita, no entanto, o assistente social mantém o acompanhamento do aluno se este o necessitar. Por último, a ajuda promocional pode ser utilizada no caso de um aluno com falta de aproveitamento e procure ajuda entre os SAS, é necessário que o assistente social tente compreender as razões dessa falta de aproveitamento, se é falta de recursos e bases, se é desinteresse ou se o aluno está desmotivado e porquê. Em qualquer um destes casos é realmente importante trabalhar junto do aluno através do *empowerment*, ou seja, valorizar as suas capacidades de modo ao aluno restabelecer a sua auto-confiança para que este consiga começar a ter um melhor aproveitamento, que no caso de ser bolseiro, significa não perder a bolsa e poder continuar a frequentar o ensino superior. É importante que o assistente social consiga estabelecer o máximo de confiança com o aluno no primeiro encontro, de modo a que este sinta que tem um apoio incondicional e pode recorrer a ele sempre e quando necessitar, para que se consiga um acompanhamento de sucesso que se traduz no sucesso do aluno.

Não podemos deixar de fora uma outra função do assistente social para além da relação de ajuda, que é a de conseguir perceber quando os mecanismos e políticas sociais já não respondem às necessidades reais dos utentes, de forma a intervirem para que sejam criadas

novas políticas e mecanismos adequadas às necessidades reais. Neste sentido, guiam também os utentes no sentido destes aprenderem a usar os recursos, mecanismos e políticas já existentes, e a reivindicarem os seus direitos para que passam a ter acesso a eles. Penso que os profissionais dos SAS no ensino superior, neste momento podiam recorrer a esta função da criação e impulsão de novos mecanismos e políticas sociais, para combater o abandono escolar, especialmente quanto se verifica um aumento de abandono escolar nos últimos dois anos.

III. METODOLOGIA

Elaborar uma investigação exige uma atitude científica por parte do investigador, que pressupõe um trabalho de ruptura com as explicações do senso comum e uma construção do saber teoricamente fundamentada. Tendo em conta que o método de recolha de dados utilizado foi o qualitativo, esta ruptura com o senso comum é de extrema importância. O método qualitativo divide-se em dois tipos de estudo, o etnográfico que consiste em estudar um certo aspeto cultural comum num certo contexto, e o fenomenológico, que é o que está presente nesta investigação consiste em, compreender um fenómeno junto dos indivíduos que contribuíram para este. Um ponto comum entre estes dois métodos é que o investigador não assume uma posição de perito, assume um papel de “curioso” que quer absorver o conhecimento do seu objeto de estudo através de uma relação com o mesmo. Neste ponto, o investigador não considera o indivíduo que está a entrevistar/observar como apenas um objeto mas com um elemento participativo e cooperante na sua investigação. “O sujeito produtor de conhecimentos está, enquanto ser humano, ligado ao seu objeto e o objeto, igualmente ligado ao ser humano, é dotado de um saber e de experiência que se lhe reconhece” (Fortin,1999:148). Querendo com isto dizer que numa abordagem qualitativa investiga-se “com” o indivíduo e não “para” o indivíduo.

Um aspeto intrínseco ao método qualitativo é este ter origem num raciocínio indutivo, querendo com isto dizer que o investigador deve abstrair-se de todo o conhecimento que já possa ter adquirido sobre o objeto, e parte a sua investigação tendo por base o conhecimento que lhe é transmitido através da sua relação com os indivíduos em estudo. Neste sentido, esta abordagem é o inverso da abordagem do método quantitativo, pois este, parte de uma teoria e através da recolha e tratamento dos dados verifica ou não, a sua teoria, na abordagem

qualitativa, o investigador apresenta o fenómeno depois da recolha dos dados, sem que antes se tenha baseado em algum pressuposto.

No âmbito desta investigação sobre o abandono escolar no ensino superior, a população alvo seleccionada foram os alunos bolsheiros do ensino superior que abandonaram ou não chegaram a frequentar por falta de atribuição de bolsa. A amostra deste estudo foi delineada pelo critério da acessibilidade, ou seja, através tanto de contactos pessoais como através de contactos que me foram atribuídos pelos SAS da Universidade Nova. Pretendem-se com esta abordagem dar expressão aos dados estatísticos quantitativos, que por si só não explicam as reais dificuldades que estes alunos encontram neste processo de atribuição de bolsa e acesso ao ensino superior, tendo em conta os fatores subjacentes que os impedem de cumprir o percurso que desejavam.

Neste sentido as dimensões que foram consideradas relevantes explorar são: caracterização da candidatura (ano de candidatura, área de estudos, ano de abandono); situação profissional do agregado de familiar no ano do abandono; caracterização do processo de atribuição de bolsa (ano de candidatura a bolsa, ano em que lhe foi retirada a bolsa, motivo pelo qual não lhe foi atribuída bolsa, apoios sociais indiretos); situação atual do aluno e perspetivas futuras (no sentido de perceber de aluno pretende ou não regressar aos estudos). A dimensão de maior importância analisar é a caracterização do processo de atribuição de bolsa, pois é o motivo central de abandono por parte destes alunos, no entanto, todas as restantes dimensões têm muita importância para atingir uma melhor compreensão da situação em que o aluno se enquadra e das suas reais dificuldades. Foi utilizado um guião de entrevista apenas como auxiliar de memória dos pontos essenciais que tinha de abordar caso o entrevistado não o abordasse por si, dando liberdade ao entrevistado de apresentar o seu caso de acordo o seu raciocínio, de modo a não enviesar as suas respostas, fazendo das entrevistas uma conversa informal. Para proceder a análise destas entrevistas, recorreu-se à análise de conteúdo que, segundo Bardin (2004) consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens.

O acesso a estes alunos foi realizado através de contactos pessoais, no entanto, a sua maioria foi através dos SAS da Universidade Nova, que tendo em conta os termos de confidencialidade, o contacto a estes alunos foi feito pelas assistentes sociais do SAS, que por vez mediante a disponibilidade do aluno me contavam a mim para que pudesse comparecer nas entrevistas. As entrevistas que foram realizadas na Universidade Nova aos alunos da mesma e foram acompanhadas por uma das assistentes sociais do SAS, onde entreviei quando

achou necessário o que por sua vez tornou a entrevista mais interessante, devido ao fato de estar completamente dentro do assunto, colocou questões com importância.

Das 6 entrevistas realizadas, apenas três foram presenciais, sendo que os restantes três não tinham disponibilidade horária ou estão emigrados, neste sentido responderam por email. O número de entrevistas deve-se ao fato de ter encontrado grandes dificuldades de colaboração tanto por parte das instituições, como dos alunos, que como são contatados pelos serviços e sentem um pouco revoltados com a sua situação, não consideram a hipótese de contribuir para o estudo. Esta afirmação foi baseada em algumas respostas por parte destes alunos, ao email de primeiro contato enviado pelas assistentes sociais da Nova.

Para esta investigação considerei importante ao longo do processo realizar várias entrevistas exploratórias, a maioria às técnicas de acção social da Universidade Nova, de modo compreender o papel destas técnicas no serviços de acção social do ensino superior e também, obter um maior entendimento de todo o processo de atribuição de bolsas. Uma outra entrevista exploratória realizada e que foi também um momento chave, foi ao administrador do SAS da Universidade do Minho. Considerou-se um momento chave, pois, os dados estatísticos quantitativos mais atuais relativamente ao abandono escolar no ensino superior, foram recolhidos e tratados por esta faculdade, sendo que são os únicos que existem todo o país, e nesta entrevista foi-me dada autorização para utilizar estes dados para melhor fundamentar a minha investigação, e onde me foi dado também um melhor entendimento da situação atual de todos estes processos. Neste sentido realizou-se um enquadramento prévio das entrevistas com os dados estatísticos quantitativos fornecidos pela Universidade do Minho, que se encontram disponíveis ao público no seu site do SAS Universidade do Minho.

IV. SITUAÇÃO ATUAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS NO ENSINO SUPERIOR

1. Evolução e situação atual da atribuição de bolsas e dos alunos bolseiros na Universidade do Minho

Devido à escassez e à importância de dados quantitativos atualizados relativamente ao ensino superior, neste trabalho foram usados os dados mais atualizados existentes que são referentes à Universidade do Minho e que estão ao acesso de todos no seu site do SAS, deste modo nenhum dos dados e suas interpretações podem ser extrapoladas para o nível nacional. No entanto, considera-se interessante utilizar estes dados como estudo de caso de modo a compreendermos de um modo quantitativo o processo de atribuição de bolsas e o perfil dos bolseiros.

Evolução de encargos das bolsas desde 2003/2004

ano letivo	nº de estudantes	nº de candidatos	nº de bolseiros	% bolseiros sobre nº estudantes	encargos c/ bolsas e subsídios	bolsas médias
2003/04	14.878	5.198	4.569	30,71%	6.104.401,77 €	134,49 €
2004/05	14.152	5.476	4.776	33,75%	6.294.304,74 €	134,04 €
2005/06	13.735	5.884	5.195	37,82%	6.699.591,13 €	130,24 €
2006/07	13.485	6.305	5.452	40,43%	8.736.525,66 €	173,30 €
2007/08	14.150	6.519	5.490	38,80%	10.009.658,32 €	182,73 €
2008/09	14.187	6.885	5.511	38,85%	10.652.457,41 €	192,30 €
2009/10	15.462	7.187	5.513	35,66%	12.014.624,58 €	215,46 €
2010/11	16.084	7.298	5.037	31,32%	10.781.075,72 €	213,42 €
2011/12	16.208	6.590	4.584	28,28%	9.841.019,03 €	215,75 €
2012/13	16.925	6.536	4.958	29,29%	*	215,93 €

*Nota: De outubro de 2012 a março de 2013 os encargos foram de **5.157.008,03 €**

Tabela 4.1. Fonte – Relatório anual de atividades do SAS Universidade do Minho (2012/2013)

Através da análise da tabela acima podemos verificar que desde 2003 o número de estudantes tem vindo a aumentar, exceto no anos letivos 2005/06 e 2006/07, sendo que no letivo de 2003/2004, 14.878 estudantes que frequentaram o ensino superior e o ano letivo passado foram, 16.925. É interessante notar que no ano letivo 2006/07, que foi o ano que menos alunos frequentaram o ensino superior, foi também o ano que se verifica maior significância do número de alunos bolseiros no universo dos estudantes, sendo que deste universo 40,43% eram bolseiros. No entanto, isto não significa que os encargos com bolsas e subsídios sejam os mais elevados, sendo que apresentam um encargo de 8.736.525,66€, o valor menos elevado, no últimos sete anos letivos, com bolsas médias de 173,30€. Mesmo assim nesse ano

foram rejeitadas 1029 bolsas. Verifica-se que desde então que os valores de encargos com as bolsas têm sido sempre superiores, juntamente com os valores médios das bolsas, no entanto, a percentagem de bolseiros no universo dos estudantes têm vindo a diminuir. Embora os valores do encargos desde 2003 tenham vindo sempre a aumentar nota-se que desde 2009/10 tem acontecido o inverso, ou seja, os valores dos encargos têm vindo a diminuir, embora o valor da bolsa média tenha vindo a aumentar, o que se traduz num menos número de alunos bolseiros, sendo que do ano letivo anterior para este ano, verificou-se um aumento pouco significativo de 1 ponto percentual. O ano em que se encontram mais alunos bolseiros no ensino superior, foi em 2009/10, em que o número de bolseiros atingiu os 5.513 , e onde se candidataram 7.187. Por último podemos verificar que os últimos dois anos letivos são também os que apresentam uma percentagem mais baixa de bolseiros no universo de estudantes, sendo que em 2011/12 eram apenas 28,8% e este ano, foram apenas 29,9%.

Ano lectivo 2012/2013 (refª Março de 2013) - Resultados de candidaturas a bolsa de estudo

Resultado	Total	
	Estudantes	%
Bolsa	4.958	75,9%
Indeferido	1.544	23,6%
Aguarda Dados/Documentação	15	0,2%
Em Análise	7	0,1%
Em ReAnálise	10	0,2%
Reclamação Ativa	2	0,0%
Total de candidatos	6.536	100,0%

Tabela 4.2. Fonte – Relatório anual de atividades do SAS Universidade do Minho (2012/2013)

A tabela acima demonstra os resultados de atribuição e rejeição de bolsas relativamente a este ano letivo (até ao mês de Março), verifica-se que no total de candidatos (6.536), a maioria foi-lhe atribuída bolsa com um valor de 75,9%, e 23,6% foi indeferido, sendo que os restantes apresentam valores muito pouco representativos, estão em situação de intermédia, ou seja, a aguardar uma resposta pelos motivos descritos na tabela acima. Na tabela seguinte podemos ver quais os motivos pelos quais as bolsas foram indeferidas.

Candidaturas com resultado indeferido – motivos

motivo	Total	%
Rendimento per capita do agregado familiar superior a 14 x IAS acrescido da propina máxima (1º ciclo)	585	37,9%
Sem aproveitamento escolar no último ano letivo que inscrito	492	31,9%
Agregado familiar sem a situação tributária e/ou contributiva regularizada	153	9,9%
Instrução incompleta	131	8,5%
Não matriculado em instituição de ensino superior e não inscrito num curso	69	4,5%
Conclusão do curso fora do período estabelecido	42	2,7%
Património mobiliário superior a 240 x IAS	31	2,0%
Estudante inscrito a menos de 30 ECTS	19	1,2%
Desistência do requerimento submetido	7	0,5%
Titular do grau de licenciado/mestre	7	0,5%
Cidadão de país terceiro sem autorização de residência permanente	6	0,4%
Agregado familiar sem rendimentos ou cujas fontes rendimento não sejam percetíveis	1	0,1%
Cidadão nacional de Estado membro da União Europeia sem direito de residência permanente em Portugal	1	0,1%
total	1544	100,0%

Tabela 4.3. Fonte – Relatório anual de atividades do SAS Universidade do Minho (2012/2013)

Podemos verificar então que o motivo pelo qual mais bolsas são indeferidas, com um valor de 37,9%, é devido ao “rendimento per capita do agregado familiar superior a 14xIAS acrescido da propina máxima (1º ciclo)”. De seguida, o motivo com um valor muito aproximado de 31,9%, é devido não terem tido aproveitamento no último ano letivo inscrito, o que significa são alunos que não estão a concorrer pela primeira vez á bolsa. Embora com percentagens pouco significativas, os dois motivos que se seguem de indeferimento de bolsas são, “Agregado familiar sem situação tributária e /ou contributiva regularizada” (9,9%) e, “instrução incompleta” (8,5%). Por outro lado os dois motivos com valor menos significativo (0,1%) são, “agregado familiar sem rendimentos ou cujas fontes rendimento não sejam percetíveis” e “cidadão nacional de Estado membro da União Europeia sem direito de residência permanente em Portugal”.

Bolseiros deslocados e não deslocados de concelho de residência

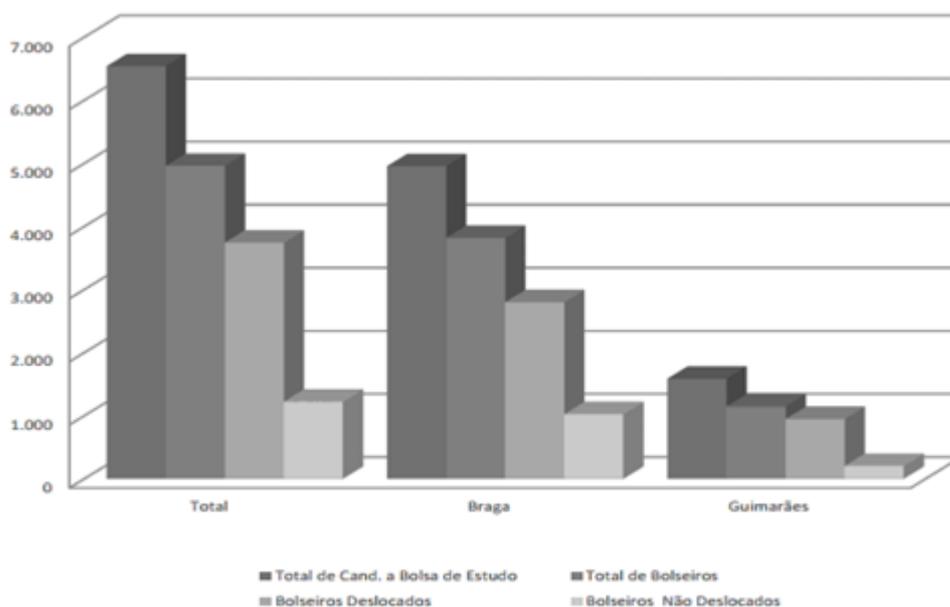


Fig. 4.1. Fonte – Relatório anual de atividades do SAS Universidade do Minho (2012/2013)

Neste ponto é importante referir que Universidade do Minho divide-se em dois campus, um deles situa-se em Braga e o outro em Guimarães. Através da análise do gráfico acima podemos verificar que num panorâma geral é no campus de Braga que se encontram o maior número de candidatos a bolsa (76%) e desses candidatos 77% dos alunos encontram-se com bolsa atribuída. Sendo que os restantes se encontram no campus de Guimarães, onde o número de candidatos a bolsa equivale a 24%, e desses candidatos 23% tiveram direito a bolsa. Tendo em conta que este gráfico é uma comparação entre o número de bolseiros deslocados e não-deslocados, podemos verificar que Braga e Guimarães apresentam um relação inversa, onde em Braga o maior número de bolsas atribuídas é a alunos não deslocados com uma valor de 84% e, em Guimarães verificam-se apenas 16%. Relativamente aos alunos deslocados, verificamos que 75% encontram-se a estudar em Braga, e 25% em Guimarães.

Distribuição de bolseiros por distrito de proviniência (2012/2013)

Distrito	Total	
Braga	3.505	70,7%
Porto	710	14,3%
Viana do Castelo	405	8,2%
Outros	338	6,8%
	4.958	100,0%

Tabela 4.4. Fonte – Relatório anual de atividades do SAS Universidade do Minho (2012/2013)

A tabela acima demonstra a distribuição dos bolseiros segundo o seu distrito de residência, podemos então verificar que a maioria habita no distrito de Braga com uma percentagem de 70,7%, e os restantes 19,3% habitam nos distritos próximos (Porto, Viana do Castelo, outros).

Comparação entre o número de bolseiros deslocados – alojados em Residência Universitária e alojamento privado

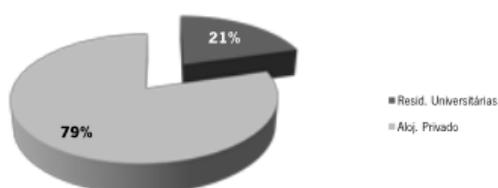


Fig. 4.2. – Braga

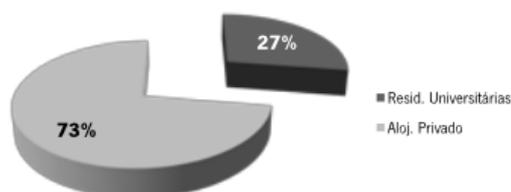


Fig. 4.3. – Guimarães

Fonte – Relatório anual de atividades do SAS Universidade do Minho (2012/2013)

Através da análise dos gráficos acima podemos verificar a distribuição dos alunos bolseiros deslocados consoante o tipo de habitação onde residem, em ambos os campus, Braga e Guimarães. Verifica-se que em ambos os campus, a maioria dos alunos habitam em alojamento privado, sendo que em Braga são 79% e em Guimarães são 73%, e os restantes 21% em Braga e 27% em Guimarães habitam em Residências Universitárias.

Origem de rendimentos (principal) dos estudantes bolseiros com mais de uma inscrição

origens	bolseiros	%
Trabalho Dependente	1952	54,4%
Trabalho Independente (regime simplificado)	173	4,8%
Trabalho Independente (contabilidade organizada)	22	0,6%
Pensões	378	10,5%
Prestações Sociais	366	10,2%
Prediais	23	0,6%
Património Mobiliário	95	2,6%
Bolsas	5	0,1%
Diversas	573	16,0%
Total	3587	

Tabela 4.5. Fonte – Relatório anual de atividades do SAS Universidade do Minho (2012/2013)

Na tabela acima encontramos a discriminação da origem dos rendimentos dos alunos bolseiros com mais de uma inscrição, onde podemos verificar que a maioria dos rendimentos advêm de trabalho dependente, apresentando um valor de 54,4%. De seguida podemos verificar que 16% dos bolseiros dependem de rendimentos de origens diversas. É interessante notar que apenas 10,5% dos bolseiros dependem de pensões e outros 10,2% dependem de prestações sociais, e apenas 0,1% apontam as bolsas como fonte de rendimento. O que nos leva a crer que os alunos bolseiros não conseguem sobreviver apenas coma bolsa, tendo que trabalhar ou receber ajudas diversas não especificadas.

Concluindo podemos verificar que nos últimos três anos os valores dos encargos das bolsas têm vindo a diminuir assim como a percentagem de alunos bolseiros no universo dos estudantes no ensino superior. No entanto o valor médio das bolsas tem sofrido um ligeiro aumento todos os anos, sendo que o valor atual é de 215,93€. Podemos ainda verificar que no último ano 75,9% dos candidatos a bolsa encontram-se com bolsa atribuída, e desses 75,4% são bolseiros deslocados. A maioria dos alunos bolseiros deslocados residem em alojamento privado, atingindo um valor de 79% em Braga e 73% em Guimarães.

É interessante referir também os motivos pelos quais a maioria das bolsas são indeferidas, sendo que 37,9%, é devido ao “rendimento per capita do agregado familiar superior a 14xIAS acrescido da propina máxima (1º ciclo)”, e 31,9%, é devido não terem tido aproveitamento

no último ano letivo inscrito. Por último, podemos afirmar que na sua maioria os bolseiros dependem de rendimentos provenientes de trabalho dependente, com um valor de 54,4%, e a origem de rendimentos que estes menos dependem é das bolsas, com um valor quase nulo de 0,1%.

2. Percorso dos alunos concorrentes a bolsa na Universidade Nova

Para realizar este trabalho e como já referi no capítulo da metodologia, o método de recolha de dados selecionado foi a entrevista semi-dirigida junto de alunos que pretendiam frequentar o ensino superior que ao mesmo tempo se tivessem candidatado a uma bolsa de estudo. No total foram realizadas seis entrevistas presenciais e não presenciais. De modo a organizar o dados fornecidos nas entrevistas para que fosse possível realizar uma análise dividiu-se em categorias de acordo os pontos pré-definidos no guião de entrevista. Em primeiro lugar é relevante caracterizar os entrevistados consoante a área de estudos que estes desejam frequentar ou frequentaram, de modo, a fazer um pequeno enquadramento. Neste sentido podemos verificar que os entrevistados pretendiam frequentar áreas de estudo diferentes entre si, e apenas um, era aluno deslocado. “Eu candidatei-me a FCSH, ao curso de Filosofia, este ano.”(E2); “História”(FCSH) (E5); “Candidatei-me á faculdade há 4 anos em 2009, na ESAD nas caldas da rainha, no curso de design e multimédia.”(E3). Apenas um dos entrevistados se encontrava num ciclo de estudos diferente. “Ingressei no mestrado de Geoarqueologia da FCUL no ano lectivo de 2010-2011.”(E4).

Um segundo ponto relevante para a caracterização pessoal dos entrevistados é a situação profissional do agregado familiar incluindo a do entrevistado em questão. Este ponto é relevante para compreendermos as dificuldades e a necessidade que estes alunos têm em que lhes seja atribuída uma bolsa de modo a darem continuidade aos seus estudos. Onde podemos notar que três dos entrevistados dependem apenas do rendimento de um dos pais ou também, do seu próprio rendimento, “Na altura, o meu pai estava desempregado, por isso para pagar propinas era um pouco complicado...”(E1); “...o meu pai ficou desempregado, e eu tive que ir trabalhar, porque a minha mãe é costureira, e só trabalha, quando há trabalho para fazer, não é um rendimento estável.”(E2);“Vivo apenas com a minha mãe que apesar de empregada não consegue suportar os custos das propinas e transportes.”(E5). Os restantes entrevistados dependem apenas do seus próprios rendimentos, embora os seus pais estejam empregado.

“Ah, os meus estão os dois empregados, mas não podem ajudar muito, e acham que tanto eu como a minha irmã devemos ser nós a pagar os nossos estudos...” (E3); “Nesse momento, já me encontrava colectada como pessoa singular e trabalhadora independente (recibos verdes) enquanto Arqueóloga.” (E4).

Os dois pontos seguintes ocupam um lugar fulcral para esta investigação, pois, é através destes que vamos compreender o processo individual dos entrevistados relativamente á atribuição de bolsas e os motivos pelos quais lhes foram rejeitadas as bolsas. É através destes relatos que conseguimos chegar aonde os números não chegam, devido a dificuldade de recolher e tratar estes dados quantitativamente. Relativamente ao processo de atribuição de bolsa encontramos duas situações distintas, onde quatro dos entrevistados conseguiram que lhe fosse atribuída bolsa pelo menos no primeiro ano, e dois dos entrevistados nunca lhes chegou a ser atribuída bolsa. “...entrei na faculdade, pedi a bolsa para poder estudar. Recebi a bolsa a meio do ano, e paguei algumas despesas da faculdade.” (E1); “Entretanto, a bolsa foi-me rejeitada, ainda tentei, mas o esforço era demasiado, e quem põe a comida na mesa é o dinheiro do trabalho não são os estudos.” (E2); “Após a realização da matrícula foi-me logo indicado que não teria direito a bolsa de estudo o que foi logo desmoralizante.”(E5).

Quanto aos motivos de não atribuição de bolsa podemos distinguir dois, um por excesso de capitação e outro por falta de aproveitamento no ano letivo anterior. “Sei, mesmo o meu pai estando desempregado e a minha mãe não ter rendimentos fixos, ultrapassa o limite do rendimento do agregado aceitável.”(E2); “No 2º ano houve os cortes do estado, a bolsa mínima que tinha deixei de a ter, porque mudaram o fator familiar para atribuírem as bolsas.”(E3); “Não me foi atribuída bolsa, porque fiz apenas 4 créditos, e eram necessários 25 no mínimo, portanto não tive direito a bolsa por falta de aproveitamento...”(E1). O motivo de abandono é comum entre todos os entrevistados, devido á falta de bolsa nenhum deles conseguiu concluir ou frequentar o ensino superior, na sua maioria por falta de opção trabalham em vez de estudar. “Entretanto tive uma proposta de trabalho, como não sabia bem o que me reservava o futuro, estava num impasse, como também não tinha alternativa, aceitei o emprego em Dublin.”; “...não consegui suportar todos os custos inerentes aos estudos académicos e decidi abandonar.”; “mas no ano seguinte 2011/2012 fiquei sem bolsa porque como trabalho, fiquei acima do escalão necessário para ter bolsa, mas sem trabalho também não consegui pagar os estudos.” (E3). Podemos verificar que apenas um dos entrevistados teve direito a apoios indirectos após ter ficado sem bolsa, o que lhe permitiu frequentar mais um ano o ensino superior. “Concederam a este grupo de estudantes, o privilégio de não pagar

a residência, eu apenas tive que pagar as propinas.”; “mas no 3º ano já não tive direito á residência.” (E3).

O ponto seguinte refere-se ás dificuldades encontradas pelos entrevistados ao longo do seu processo de tentativa de dar continuidade aos seus estudos. Neste ponto conseguimos verificar todos os esforços que os entrevistados se propuseram e as barreiras que encontraram, tanto despesas económicas extra como burocráticas. Verifica-se assim que as despesas com os transportes têm um grande peso nas despesas mensais inerentes de quem frequenta o ensino superior, “...porque pagar transportes, moro em odivelas, tenho que apanhar vários transportes...” (E1); “Eu trabalhava ao fim de semana, em Lisboa para pagar as propinas, mas depois não tinha dinheiro para o transporte e para a residência.” (E3). Outras dificuldades apresentadas pelos entrevistados estão ligadas com a sua situação socioprofissional. “...a ter que me levantar as 6.30 para vir para ás aulas porque moro longe, depois tinha que faltar à última aula para ir a correr para o trabalho de onde só saiu as 22h, e não tinha tempo para mais nada.” (E2), neste caso a o aluno não pode pedir estatuto de trabalhador/estudante por ser encontrar em situação de trabalho ilegal; “Trabalho e não estudo porque a mensalidade é muito cara e neste momento já tenho dificuldade para chegar ao final do mês. com dinheiro na conta para viver, portanto não sobra para estudar nem consigo poupar para voltar a estudar.” (E6); “Porém acho que deveria haver uma pesquisa mais intensa pois o valor do salário líquido do agregado familiar é para fazer face a imensas despesas e não creio que um orçamento de 700 euros e um salário de um part-time de 300 euros dêem para pagar mensalidades altíssimas de propinas e passe mensal no valor de 150 euros. Deixando de fora outras despesas inerentes ás necessidades que se apresentam na faculdade.” (E5).

Para o desenvolvimento deste trabalho é também relevante compreender as perspetivas futuras de cada um dos entrevistados relativamente à possibilidade de um dia continuarem e terminarem os seus estudos, de modo a definir a real importância que teria para estes. Podemos então verificar que todos afirmam que vão ou que gostariam de conseguir um dia frequentar ou concluir os seus estudos. “Eu gostava, principalmente esta área de filosofia, que adoro, mas era apenas para aumentar o meu conhecimento pessoal, porque sei que trabalho não vou ter.” (E2); “Sim gostaria imenso de voltar, mas cada dia que passa é mais complicado arranjar condições para frequentar a faculdade” (E5). Quanto á situação atual dos entrevistados podemos verificar que todos menos o entrevistado 1 se encontram a trabalhar. “Estive por lá 4 meses e depois voltei para Portugal e continuei a trabalhar cá em Portugal num projeto pessoal que tenho com dois amigos, que é um site de marketing digital.” (E3); “A

falta de trabalho/ emprego, fez com que me decidisse então a mudar de rumo e a agarrar a oportunidade de vir trabalhar para a Alemanha numa gelataria, como empregada de mesa e de balcão. Pretendo aprender bem alemão para poder ingressar no ramo da Arqueologia aqui por estas terras germânicas.” (E4).

É interessante notar que entre os entrevistados encontramos uma situação singular que vale a pena ser analisada à parte. O entrevistado 1, conseguiu frequentar e fazer todas as cadeiras do curso com muito esforço e dedicação, no entanto, não consegue pagar as propinas do último ano, o que não lhe permite concluir e prosseguir os seus estudos. “Neste momento, estou a estudar, mas ainda não paguei as propinas, sou finalista, e se quero receber o diploma vou ter que pagar as propinas. Entretanto estou á procura de estágio remunerado, para puder angariar dinheiro até ao final do ano letivo, no entanto, se conseguir ponho em risco as bolsas da minha irmã, que têm bolsa completa e ajuda de custos nos transportes.”; “eu queria mesmo era continuar os meus estudos (...)por um lado se for trabalhar posso pagar as minhas despesas e acabar o curso, mas por outro lado, vai prejudicá-las porque podem ficar sem bolsa ou pelo menos diminuí-la.”; “Quero fazer mestrado, vou tentar trabalhar no verão para pagar as propinas e o diploma para poder entrar em mestrado...” (E1). Podemos verificar através do caso deste entrevistado que cada caso é um caso, e que deve ser revisto como tal, em vez de encaixarem os indivíduos e suas vidas numa fórmula matemática aplicada a todos da mesma maneira, sem espaço para as especificidades da vida de cada um.

Por último, ao fim de recolher os dados considerou-se interessante para este trabalho referir a situação atual dos entrevistados que procuraram ou põem a hipótese de procurar uma oportunidade fora de Portugal. Entre os entrevistados podemos notar que 2 dois deles já emigraram e um põe a hipótese de o fazer. “A falta de trabalho/ emprego, fez com que me decidi-se então a mudar de rumo e a agarrar a oportunidade de vir trabalhar para a Alemanha numa gelataria, como empregada de mesa e de balcão.” (E4); “Entretanto tive uma proposta de trabalho, como não sabia bem o que me reservava o futuro, estava num impasse, como também não tinha alternativa, aceitei o emprego em Dublin.”(E3); “Bem, eu tenho um irmão que emigrou para França e está lá a trabalhar, e eu em extrema necessidade também vou, mas gostava de ficar por aqui também para ajudar os meus pais, e estar perto das pessoas que gosto.”(E2).

Por fim, podemos sublinhar que todos os entrevistados têm vidas muito distintas, no entanto todos eles têm uma coisa em comum, é que não têm possibilidade de terminar os seus estudos,

vendo-se obrigados a abandonar essa fase da sua vida de modo a sobreviverem, sempre com esperança de um dia virem a terminar essa fase da vida que deixaram incompleta.

V. CONCLUSÕES

Tendo em conta os objetivos deste trabalho e a questão de partida apresentados na introdução e ao longo do corpo de trabalho, podemos chegar a várias conclusões que explicam o percurso no processo de atribuição de bolsas dos alunos que se candidatam e as dificuldades com que se deparam ao longo do mesmo e por sua vez os motivos que levam estes alunos ao abandono escolar.

Uma das reflexões mais relevantes deste trabalho foi a constatação dos motivos mais fortes que levam ao indiferimento das bolsas, dos quais se destacam dois, o primeiro está relacionado com o excesso de capitação (37,9%) e o segundo, com a falta de aproveitamento do aluno no ano anterior (31,9%). Segundo os testemunhos dos entrevistados verificamos que entre os seis, apenas um apresenta a falta de aproveitamento como sendo o motivo para o indiferimento da sua bolsa, sendo que aos restantes lhes foi indeferida por excesso de capitação, embora em alguns dos casos já lhes tivesse sido atribuída a bolsa anteriormente apresentando os mesmos rendimentos. Esta mudança na atribuição de bolsas deve-se a alteração das variáveis da fórmula de cálculo da mesma, sendo que em vez de ser tido em conta o rendimento líquido do agregado passou a contabilizar-se o rendimento bruto do mesmo. Em sequência desta conclusão torna-se relevante referir que a maioria dos entrevistados depende apenas do rendimento de apenas um dos pais e/ou do seu próprio, o que faz com que seja necessário os alunos terem de trabalhar também para puderem ajudar com as despesas mensais, no entanto, torna-se um pouco controverso devido ao fato deste embora tenham dificuldades financeiras na sua vida do dia-a-dia ainda assim excedam a capitação necessária para que lhes seja atribuída a bolsa. Tomando como exemplo o entrevistado 1 que embora tenha completado as cadeiras falta-lhe pagar as propinas do último ano para que tenha o seu diploma de modo a ser integrado no mercado de trabalho. Neste caso verificamos que se este for trabalhar para as pagar as propinas as suas irmãs que entraram na faculdade com bolsa, ficam em risco de a perder porque o rendimento do agregado familiar aumenta e excedem a capitação necessária para a manter. São estes casos que nos fazem refletir sobre o método de atribuição de bolsa, pois, se um aluno mesmo com bolsa atribuída necessita de trabalhar para fazer face às despesas essenciais mensais, e o fato de trabalhar faz com que este exceda a capitação, faz-nos pensar que estes alunos se encontram num beco sem saída, em que na maioria dos entrevistados não têm opção e são levados a manter o trabalho e por sua vez abandonar os estudos por falta de rendimentos. Esta reflexão sustenta-se também no fato

da maioria dos alunos bolsheiros no Minho apresentarem o trabalho como origem de rendimentos principal (59,2%) e apenas uma minoria apresenta as bolsas como sendo a sua fonte de rendimento (0,1%).

Um outro aspeto importante a ter em conta nas conclusões deste trabalho são as despesas “extra” com que estes alunos se deparam de modo a poderem frequentar o ensino superior, entre elas o transporte e o alojamento (no caso de alunos deslocados). Na sua mensalidade, sendo que é a despesa mais apontada pelos entrevistados. Relativamente ao alojamento verificamos que os alunos bolsheiros deslocados do Minho na sua maioria têm que recorrer a alojamento privado, tanto no campus de Braga (79%) como em Guimarães (73%). Tendo em conta que as residências dão preferência a alunos bolsheiros deslocados, o que estes dados traduzem é que as residências apenas conseguem garantir alojamento a aproximadamente 20% destes alunos, e os restantes têm que fazer um maior esforço para poderem estudar. Entre os entrevistados (E3) encontramos um aluno deslocado, que no seu caso quando perdeu o acesso à bolsa, deram-lhe o benefício da residência no ano seguinte que lhe permitiu terminar esse ano, no entanto, no 3º ano o Estado retirou esse apoio o que o levou a abandonar por não conseguir fazer face às despesas com os transportes e alojamento. Estes dois aspetos fazem-nos refletir que se o sistema de atribuição de bolsas e de apoios indiretos não fosse tão massificado, ou seja, se a análise dos casos tivesse mais em conta a situação individual talvez houvessem menos alunos excluídos do ensino, como é o caso do entrevistado apresentado acima que apenas com o apoio da residência e com muito esforço lhe tinha sido possível terminar o curso.

Através das entrevistas verificamos que além das dificuldades que já foram referidas acima, estes alunos apresentam condições próprias que dificultam o seu acesso ao ensino superior e que não são consideradas no processo de atribuição de bolsas. Tomando o exemplo do entrevistado 2, que consiste num agregado familiar de três elementos, em que o pai se encontra desempregado e mãe sendo custoreira não tem rendimentos fixos, o que obriga a trabalhar. Neste caso ao aluno tem dificuldade em conciliar os horários do trabalho, e não pode beneficiar do estatuto trabalhador/estudante devido ao fato de se encontrar em situação de trabalho ilegal, o que não lhe permite mesmo sem bolsa ter aproveitamento necessário para frequentar o curso. Um outro exemplo que demonstra que cada caso é um caso, é a situação da entrevistada 5, que frequenta o 2º ciclo e em que lhe foi atribuída bolsa no primeiro ano e no segundo apresentando os mesmos rendimentos lhe foi retirada. Neste caso a aluna era trabalhadora independente num projeto de arqueologia (equivalente à sua área de estudos), no

entanto o trabalho começou a ser menos frequente o que lhe baixou os rendimentos e por sua vez não conseguiu suportar todos os custos e abandonou antes de terminar. Analisando caso a caso, torna-se incompreensível como permitem que estes alunos sejam excluídos do ensino e em alguns casos abandonem quase no final da sua formação sem qualquer procura de arranjar um solução que se adequa a estes casos.

Torna-se relevante para as conclusões deste trabalho refletir sobre a evolução dos encargos anuais das bolsas (tabela 3.1.) em conjunto, com a evolução das bolsas atribuídas (tabela 3.2.). Podemos verificar então que, até Março do último ano letivo nos dados referentes à Universidade do Minho, a percentagem de bolsas atribuídas foi de 75,9 (tabela 3.2.), e que 23,6% foram indeferidas, o que corresponde a um total de 1.544 alunos. Neste sentido, é relevante apontar que embora o valor médio das bolsas tenha vindo sempre a aumentar ao longo dos anos, sendo o valor do ano letivo passado de 215,93€, se verifica que os valores dos encargos com as bolsas e subsídios tenham vindo a diminuir desde o ano letivo 2010/11, sendo que ainda não está disponível o valor dos encargos do ano letivo passado (tabela 3.1.). Podemos também verificar que o ano em que a percentagem de bolseiros apresenta o valor mais baixo foi no ano letivo de 2011/12 com uma valor de 28,28% e não muito diferente foram os valores do ano letivo passado com um valor de 29,9%, sendo que o ano em que a percentagem de bolseiros foi mais elevada, foi no ano letivo de 2006/07, onde os encargos eram mais reduzidos do que nos últimos sete anos letivos, com um valor de encargos de 8.736.525,66€ (tabela 3.1.). Embora as bolsas em média nesse ano letivo fossem aproximadamente menos 40€, o número de alunos era maior, o que nos leva a pensar na razão pela qual faz sentido aumentar o valor das bolsas médias e por sua vez os valores dos encargos com as bolsas se menos alunos têm acesso ao ensino superior.

Um outro aspeto a ter em consideração nestas conclusões são as expectativas que estes alunos excluídos do ensino superior, têm relativamente a regressar aos estudos. Verificamos que todos os entrevistados gostariam de voltar a estudar, no entanto apenas dois (E3,E5) apresentam estar otimistas relativamente ao seu regresso, sendo que os restantes consideram não virem a ter possibilidade financeira de o fazer.

Relativamente ao impacto causado nestes alunos por parte das assistentes sociais do SAS, verificamos que nenhum dos alunos refer ter havido qualquer tipo de acompanhamento ou contato, o que nos leva a refletir se este sistema será o mais eficiente tendo em conta o seu real propósito. Podemos verificar então que a relação entre o assistente social e utente, neste

caso os alunos candidatos a bolsa, é demasiado distante, não só por falta de contato por parte das assistentes sociais mas também por falta de contato por parte dos alunos.

Ao longo deste trabalho foi sendo apresentado a evolução do ensino e do serviço social em Portugal, no sentido de compreendermos o enquadramento atual tanto do ensino superior e do perfil dos seus alunos como do funcionamento do serviço social no mesmo. Neste sentido foi feita uma pesquisa bibliográfica profunda e uma análise de dados tanto quantitativa como qualitativa de modo a compreender as tendências do abandono escolar neste grau de ensino. Verificou-se através dos dados recolhidos que os motivos de abandono por parte dos alunos bolseiros estão diretamente associados à falta de atribuição de bolsa e as dificuldades quotidianas dos mesmos, que por sua vez estão relacionadas com a sua situação financeira. Tendo em conta que o sistema de atribuição de bolsas têm como função tornar o ensino superior acessível às camadas mais desfavorecidas da sociedade, verificamos que este não abrange todos os que necessitam, sendo que aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos candidatos ficam excluídos. Embora o motivo mais forte para o indiferimento das bolsas seja o excesso de capitação, através das entrevistas notamos que estes alunos não apresentam condições financeiras para frequentar o ensino sem bolsa, sendo que têm que trabalhar para contribuir para as despesas diárias do seu agregado familiar, o que faz com que esta seja uma das reflexões mais importantes deste trabalho. Deparamo-nos neste momento num beco sem saída, onde muitas perguntas ficam sem resposta, como é possível que um aluno que apresenta baixos rendimentos ao mesmo tempo exceda a capitação necessária para que lhe seja atribuída a bolsa? Como é possível que um aluno que está disposto a trabalhar para poder estudar, seja excluído do ensino porque o fato de trabalhar o leva a exceder a capitação? Infelizmente não foi possível neste trabalho responder a estas questões no entanto considera-se relevante que este estudo seja continuado e levado com seriedade de modo a responder a estas questões a muitas outras que surgem neste caminho.

É relevante refletir também se este sistema de atribuição de bolsas é o mais justo e democrático, tendo em conta que a atribuição de bolsa a estes alunos está dependente de o cálculo de uma fórmula realizada por um computador e com parâmetros cada vez mais rígidos que resultam numa maior exclusão de alunos no ensino superior. Neste sentido deveria ser atribuída uma maior autonomia aos assistentes sociais que trabalham nestes serviços de modo a haver uma atribuição de bolsas mais justa e adequada a cada situação, pois as pessoas não são apenas números por isso não devem ser tidas em consideração como se fossem. Como já foi referido várias vezes ao longo deste trabalho a educação é um dos pilares mais importantes

numa sociedade para que esta se desenvolva e seja mais justa, neste sentido este tema deveria ser estudado e analisado pelas próprias instituições de ensino juntamente com o Ministério da Educação de modo a detetar as falhas do sistema para que se consiga abranjer cada vez mais alunos no ensino superior e não o inverso.

FONTES

Diário do governo

Diário da República:

Lei de Bases do Sistema Educativo

(www.dges.mctes.pt/DGES/pt/instituicoes/legislação?menu=451)

Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior

www.dges.mctes.pt/DGES/pt/instituicoes/legislação?menu=451

Regulamento da atribuição de bolsas de estudo – legislação DGES [Despacho n.º 8442-A/2012, de 22 de junho de 2012](#)

Serviços de Ação Social da Universidade do Minho - <http://www.sas.uminho.pt>

www.pordata.pt

BIBLIOGRAFIA

Apple, Michael W (1989), Educação e Poder, Porto Alegre, Artes médicas

Concelho Nacional de Educação (1999), Autonomia das Instituições de Ensino Superior :
actas do seminário, Lisboa, Concelho Nacional de Educação

DGES (2005), Condições socioeconomicas dos estudantes do Ensino Superior em Portugal,
Lisboa, DGES

Balsa, Casemiro et al (2001), Perfil dos estudantes do Ensino Superior: desigualdades e
diferenciação, Lisboa, Edições Colibri

Carvalho, Maria Irene(2012), Serviço Social, desafios do passado e do futuro: perspetivas,
Saarbrucken, Editorial Académica Espanhola

Dias, José Lopes (1945), 12 Lições sobre Serviço Social, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa
Portuguesa

Fourtin, Marie-Fabienne (1999), O processo de investigação: da concepção à realização,
Loures, LUSOCIÊNCIA Edições técnicas e científicas

Parton, Nigel (1996), Social theory, social change and social work, London, Routledge

Rafael, Graça et al (2005), Acção Social e Aconselhamento Asicológico no Ensino Superior,
Coimbra, Actas do Congresso Nacional, SASUC

Robertis, Cristina (2003), Fundamentos del trabajo social: Etica e metodologia, POV
publicaciones

Terça, Olga M M (2000), A rede do ensino superior em Portugal, Leiria, Instituto Politécnico
de Leiria

ANEXOS

A. GUIÃO DA ENTREVISTA SEMI-DIRETIVA

Dimensões a analisar:

1.Caraterização da candidatura do aluno

- ano de candidatura a licenciatura/mestrado;
- área de estudos;.

2.Situação profissional do agregado familiar no momento de abandono

3.Caraterização do processo de atribuição de bolsa

- ano de candidatura à bolsa;
- ano em que não lhe foi atribuída bolsa;
- motivo de não atribuição de bolsa.
- motivo de abandono
- apoios sociais indiretos (a que tenham tido acesso ou que lhe tenham sido negados)

4.Situação atual do aluno e perspetivas futuras (de modo a tentar compreender se desejam voltar a estudar, ou se foi uma desistência definitiva; situação profissional)

B. QUADRO ANÁLISE – ENTREVISTAS

Entrevistas/categorias	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5	Entrevista 6
Caraterização da candidatura	“Entrei no ano 2008/09”; “O meu primeiro ano não correu muito bem, porque primeiro o percurso do secundário fiz todo a contar entrar para biologia, mas entrei em bioquímica...”	“Eu candidatei-me a FCSH, ao curso de Filosofia, este ano.”	“Candidatei-me á faculdade há 4 anos em 2009, na ESAD nas caldas da rainha, no curso de design e multimédia.”	“Ingressei no mestrado de Geoarqueologia da FCUL no ano lectivo de 2010-2011.”	“1º ano (2010/2011)” ; “História”	“Frequentei várias mas a última e onde estive mais tempo foi esta a ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Desporto, no ramo de Exercício e Bem-Estar.”
Situação profissional do agregado no momento do abandono/ N° de pessoas no agregado	“Na altura, o meu pai estava desempregado, por isso para pagar propinas era um pouco complicado...”; “Somos 7”	“...o meu pai ficou desempregado, e eu tive que ir trabalhar, porque a minha mãe é costureira, e só trabalha, quando há trabalho para fazer, não é um rendimento estável.”	“Ah, os meus estão os dois empregados, mas não podem ajudar muito, e acham que tanto eu como a minha irmã devemos ser nós a pagar os nossos estudos...”	“Nesse momento, já me encontrava colectada como pessoa singular e trabalhadora independente (recibos verdes) enquanto Arqueóloga.”	“Vivo apenas com a minha mãe que apesar de empregada não consegue suportar os custos das propinas e transportes.”	“Os meus pais estão a trabalhar os dois mas quem sustenta os meus estudos e a minha vida sou eu.”
Caraterização do processo de atribuição de bolsa	“...entrei na faculdade, pedi a bolsa para puder	“No meio disto, a resposta da bolsa demorou a	“Frequentei o 1º ano com bolsa, a bolsa mínima,	“No primeiro ano recebi bolsa de estudo.”; “...os	“Após a realização da matrícula foi-me logo indicado	“2006 (ano de candidatura para a faculdade pela

	<p>estudar. Recebi a bolsa a meio do ano, e paguei algumas despesas da faculdade.”;</p> <p>“Entretanto quando fui para o segundo ano, candidatei-me outra vez a bolsa. Não me foi atribuída bolsa, porque fiz apenas 4 créditos, e eram necessários 25 no mínimo, portanto não tive direito a bolsa por falta de aproveitamento, e disseram-me que podia concorrer de novo a bolsa no próximo ano letivo”;</p> <p>“Quando me candidatei a bolsa na 3ª inscrição, foi-me rejeitada, porque me disseram que tinha havido alterações à lei, como o meu pai já tinha começado a trabalhar, não consegui a bolsa porque já</p>	<p>vir, e sem saber com o que contar, a ter que me levantar às 6.30 para vir para as aulas porque moro longe, depois tinha que faltar à última aula para ir a correr para o trabalho de onde só saí às 22h, e não tinha tempo para mais nada. Entretanto, a bolsa foi-me rejeitada, ainda tentei, mas o esforço era demasiado, e quem põe a comida na mesa é o dinheiro do trabalho não são os estudos.”;</p> <p>“Eu – Mas sabes qual foi o motivo para te rejeitarem a bolsa? José – Sei, mesmo o</p>	<p>que dava para pagar a residência e a propina, só tinha de pagar a faculdade e a alimentação. No 2º ano houve os cortes do estado, a bolsa mínima que tinha deixei de a ter, porque mudaram o fator familiar para atribuírem as bolsas. Concederam a este grupo de estudantes, o privilégio de não pagar a residência, eu apenas tive que pagar as propinas. No 3º ano voltei a candidatar-me a bolsa, durante o processo não me concederam a bolsa outra</p>	<p>meus rendimentos e despesas com a habitação justificaram a atribuição de bolsa. No segundo ano, com as alterações feitas às regras para a atribuição de bolsas, os mesmos rendimentos e despesas já não eram suficientes para receber essa ajuda.</p>	<p>que não teria direito a bolsa de estudo o que foi logo desmoralizante.”;</p> <p>“...não consegui suportar todos os custos inerentes aos estudos académicos e decidi abandonar.”;</p> <p>“Segundo o email que recebi foi-me negada a atribuição de bolsa porque o rendimento do meu agregado familiar ultrapassa o escalão de atribuições.”;</p>	<p>1ª vez, não para a Lusófona). No curso de Direito na Univ Clássica e consegui bolsa, sai porque não era o que queria. Por não ter média para entrar numa faculdade pública, candidatei-me à Lusófona, onde entrei e também consegui bolsa, mas no ano seguinte 2011/2012 fiquei sem bolsa porque como trabalho, fiquei acima do escalão necessário para ter bolsa, mas sem trabalho também não consegui pagar os estudos.”</p>
--	---	--	---	--	--	---

	<p>ultrapassava o limite do rendimento que é preciso”; “Entretanto na minha 4ª inscrição, tive que, tive que, concorri novamente a bolsa, porque já tinhas as cadeiras todas feitas para trás, mas como já estava na 4ª inscrição já não consegui que fosse aceite.”</p>	<p>meu pai estando desempregado e a minha mãe não ter rendimentos fixos, ultrapassa o limite do rendimento do agregado aceitável.”</p>	<p>vez.”; “Sei, porque tinham mudado a fórmula do cálculo para concederem a bolsa, onde em vez de terem em conta o rendimento líquido do agregado e passaram a ter em conta o bruto.”; “mas no 3º ano já não tive direito á residência. Penso que esta medida que o Estado tomou, tinha em vista prevenir o abandono, mas apenas para finalistas, porque no ano seguinte já não houve esse apoio, o que tornou impossível</p>			
--	--	--	---	--	--	--

			continuar.”; “a diferença mensal era de mais ou menos 100€. Entretanto tive uma proposta de trabalho, como não sabia bem o que me reservava o futuro, estava num impasse, como também não tinha alternativa, aceitei o emprego em Dublin.”			
Diculdades encontradas no processo	“...porque pagar transportes, moro em odivelas, tenho que apanhar vários transportes...”; “porque eu queria mesmo era continuar os meus estudos, por isso vou tentar trabalhar, não tenho problemas nenhuns em ser trabalhador/estudante,	“...a ter que me levantar as 6.30 para vir para às aulas porque moro longe, depois tinha que faltar à última aula para ir a correr para o trabalho de onde só saiu as 22h, e não tinha tempo para mais	“Eu trabalhava ao fim de semana, em Lisboa para pagar as propinas, mas depois não tinha dinheiro para o transporte e para a residência.”	Sem a bolsa, todas as despesas para o trabalho de investigação, no segundo ano de mestrado, eram suportadas pelos honorários que recebia em trabalhos de arqueologia e por uma associação que estava a	“Porém acho que deveria haver uma pesquisa mais intensa pois o valor do salário liquido do agregado familiar é para fazer face a imensas despesas e não creio que um orçamento de 700 euros e um salário de um part-time de	“Trabalho e não estudo porque a mensalidade é muito cara e neste momento já tenho dificuldade para chegar ao final do mês. com dinheiro na conta para viver, portanto não sobra para

	<p>mas o problema são as minhas irmãs, porque se vou trabalhar aumento o rendimento familiar, e a bolsa delas tem em conta isso. Ou seja, por um lado se for trabalhar posso pagar as minhas despesas e acabar o curso, mas por outro lado, vai prejudicá-las porque podem ficar sem bolsa ou pelo menos diminuí-la.”</p>	<p>nada.”; “Dra Emilia – Porque é que não pediu estuto de trabalhador estudante? Assim tinhas algumas facilidades, para prazos de entregas e faltas às aulas. José – Para ter esse estatuto, é preciso um documento que prove rendimento, e eu estou em situação de trabalho ilegal. É muito difícil sair desta situação.”</p>		<p>apoiar o meu projecto (sobre Arqueometalurgia do Cobre em Vila Velha de Rodão), sendo porém, esta uma parte mínima da totalidade das despesas. Neste segundo ano lectivo (2011-2012) o trabalho foi-se tornado cada vez mais esporádico e muito incerto, devido aos problemas que as empresas com as quais trabalhava começaram a ter com a falta de projectos e a diminuição das receitas. Somando ainda o aumento dos descontos e impostos para o Estado, tornou-se incomportável continuar o projecto de</p>	<p>300 euros dêem para pagar mensalidades altíssimas de propinas e passe mensal no valor de 150 euros. Deixando de fora outras despesas inerentes às necessidades que se apresentam na faculdade.”</p>	<p>estudar nem consigo poupar para voltar a estudar.”</p>
--	---	--	--	--	--	---

				investigação com o qual iria completar o mestrado.		
Situação atual do aluno e perspectivas futuras	<p>“Neste momento, estou a estudar, mas ainda não paguei as propinas, sou finalista, e se quero receber o diploma vou ter que pagar as proprinas. Entretanto estou á procura de estágio remunerado, para puder angariar dinheiro até ao final do ano letivo, no entanto, se conseguir ponho em risco as bolsas da minha irmã, que têm bolsa completa e ajuda de custos nos transportes.”; “eu queria mesmo era continuar os meus estudos(...)por um lado se for trabalhar posso pagar as minhas despesas e acabar o curso, mas por outro lado, vai</p>	<p>“Eu gostava, principalmente esta área de filosofia, que adoro, mas era apenas para aumentar o meu conhecimento pessoal, porque sei que trabalho não vou ter. Por isso o mais provável é não estudar, pelos menos nesta altura.”; “Bem, eu tenho um irmão que emigrou para França e está lá a trabalhar, e eu em extrema necessidade também vou, mas gostava de ficar por aqui também para ajudar os meus</p>	<p>“Estive por lá 4 meses e depois voltei para Portugal e continuei a trabalhar cá em Portugal num projeto pessoal que tenho com dois amigos, que é um site de marketing digital.”; “Eu – Não pretendes acabar a tua licenciatura? Manel – Claro que sim, só me faltam uma cadeiras do 3º ano, e estou a conseguir juntar dinheiro para pagar as propinas para o ano.”</p>	<p>“A falta de trabalho/ emprego, fez com que me decidi-se então a mudar de rumo e a agarrar a oportunidade de vir trabalhar para a Alemanhã numa gelataria, como empregada de mesa e de balcão.”; “Pretendo aprender bem alemão para poder ingressar no ramo da Arqueologia aqui por estas terras germânicas. De imediato, não penso voltar a Portugal, a não ser de férias ou, a não ser que surja (por milagre!) uma boa oportunidade de</p>	<p>“Sim gostaria imenso de voltar, mas cada dia que passa é mais complicado arranjar condições para frequêntar a faculdade”</p>	<p>“Eu - pretendes voltar ao ensino superior? no mesmo curso. Sónia - - Pretendo... mas ainda não sei como.”</p>

	prejudicá-las porque podem ficar sem bolsa ou pelo menos diminuí-la.”; “Estou um bocado preocupada, no entanto, para mim o mais importante é que deixem fazer as cadeiras. Quero fazer mestrado, vou tentar trabalhar no verão ara pagar as propinas e o diploma para poder entrar em mestrado...”	pais, e estar perto das pessoas que gosto.”		trabalho que me permita viver e não só, sobreviver. Voltar a estudar está nos meus planos, mas não em Portugal.”		
--	--	---	--	--	--	--

